

# **A construção do espaço camponês em Barriguda**

estudo da organização da produção no assentamento rural

camila yumi onia  
trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo

orientação prof. josé eduardo baravelli  
faculdade de arquitetura e urbanismo  
universidade de são paulo  
dezembro de 2019







descobrimos lá na base  
que a tal de reforma agrária  
do papel não vai sair

pelo um pedaço de chão  
pra colher o nosso pão  
vamos ter que nos unir

companheiro e companheira  
a vitória vai ser ligeira  
se todos se organizar

a gente faz acampamento  
tira o pão para o sustento  
e reforma agrária pra já

e vamos entrar naquela terra  
e não vamos sair  
nossa lema é ocupar  
resistir e produzir



**a construção do espaço camponês em barriguda**  
estudo da organização da produção no assentamento rural

**camila yumi onia**  
trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo

orientação prof. josé eduardo baravelli  
faculdade de arquitetura e urbanismo  
universidade de são paulo  
dezembro de 2019



Agradeço à Camila por toda disposição e confiança em me levar aos assentados, à dona Abadia pela atenção e abertura em contar sua história, e por me acompanhar em Barriguda.

Por deixar acessar e compartilhar seus espaços, agradeço à Antonio Rodrigues e dona Maria, Jorge, dona Osvaldina, Pingo e Maria, e dona Teresa.

Por contar sobre o passado no Urucuia, agradeço ao seu Ju e dona Dorica, dona Raimunda, e seu Marcelino,

e ao seu Argemiro e dona Petronila, e Edimar, por sempre me receber da melhor forma.

Pelo convívio e aprendizado nesses anos de graduação, agradeço ao caminitos e ao das K,

e ao Zé Baravelli pelas conversas e orientações.

E à minha família, obrigada!



introdução	13
1. relações de produção antes do assentamento: unidade de produção camponesa e o processo de expropriação	21
1.1 o meeiro e as relações de parceria	28
1.2 o boia-fria e a fragmentação do trabalho	36
1.3 a não sujeição do trabalho camponês ao capital	43
2. considerações sobre a atuação do Estado nos conflitos agrários	49
3. barriguda	
3.1 a ocupação e a fase do acampamento	63
3.2 a fase do parcelamento	72
3.3 a construção da unidade de produção no assentamento rural o autossustento da unidade e o excedente atuação do Incra: descompasso entre o assentamento e o rural	80
3.4 ajuda e solidariedade entre os assentados e a crise hídrica no Urucuia	104
4. considerações finais	126
5. mapas	135
6. bibliografia e referências	145



# introdução



Utilizei esse trabalho como uma oportunidade de estudo sobre a produção do espaço: entender como as relações sociais e a organização dos processos produtivos definem-se materialmente na espacialidade de um lugar.

A vontade de me aproximar das relações sociais e dos processos de trabalho campesinos influíram na escolha do objeto de estudo. Nas visitas que já tinha realizado aos Assentamentos Rurais de Buritis e à Vila de Sagarana, me instigaram a proximidade que seus moradores têm com o espaço na qual vivem e sua compreensão histórica das transformações que vêm atravessando o Urucuia. Observando as roças e a relação dos camponezes com seus espaços produtivos, percebi que nesses locais o trabalho é um processo que tenta ser consciente e que deixa suas marcas no espaço, diferentemente das formas de produção capitalistas, que constantemente apagam, reprimem e abstraem os processos de trabalho, e logo, aqueles que o executam<sup>1</sup>.

O TFG surgiu como uma oportunidade para uma reflexão inicial sobre essas questões, e uma aproximação à discussões do campo da Geografia Agrária e das Ciências Sociais.

Para que eu pudesse me envolver com essas problemáticas, delimitei um

Na imagem anterior, cercas de um lote em barriguda

1 Como descreve Ferro (2010) sobre o fazer arquitetônico submetido ao capital.

Assentamento Rural como o objeto de estudo, para que fosse possível analisar o espaço de forma mais aprofundada e aproximada de sua realidade. Também era de interesse entender as relações internas entre os assentados e a existência ou não de uma unidade espacial que envolva o assentamento.

Escolhi o Assentamento Rural Mãe das Conquistas – ou Barriguda, como é conhecida<sup>2</sup> – pois o acampamento sem-terra, localizado na fazenda de mesmo nome que lhe deu origem, a o fortalecimento da organização e da luta camponesa regional na década de 1990 contra o processo de expropriação do capital, representado pela agropecuária moderna. Outro interesse do estudo era compreender se, e como, os laços de companheirismo construídos na luta pela terra se repercutem entre os assentados após a conquista.

Neste trabalho, priorizei o entendimento do ponto de vista do cotidiano do espaço, suas práticas e conflitos. Portanto, como metodologia, foi importante a realização de um trabalho de campo<sup>3</sup> em que utilizei a observação participante e de entrevistas com o método semi-estruturado para o acesso às informações.

Buritis fica na mesorregião do Noroeste de Minas Gerais. Do ponto de vista hídrico, é abastecida pela bacia hidrográfica do rio Urucuia – uma sub-bacia do rio São Francisco.

Em Barriguda vivem 81 famílias assentadas que praticam a produção agrícola e criação de animais, utilizando-as para seu próprio consumo e da renda que provêm da venda da produção do excedente, para mercados e moradores da área urbana da região.

2 Neste trabalho denominarei o assentamento como Barriguda. Mas cabe esclarecer que, em Buritis, há o assentamento rural Barriguda 1 e Barriguda 2, sendo que neste trabalho analisarei o primeiro.

3 O trabalho de campo foi realizado por 18 dias no mês de agosto de 2019, na Vila de Sagarana, no município de Arinos, e no Assentamento Rural Mãe das Conquistas, ou Barriguda, em Buritis.

O Assentamento Rural é um dispositivo do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão que cria os assentamentos visando a resolução da luta dos sem-terra e dos conflitos agrários no Brasil. Portanto, o assentamento também será entendido como um espaço contraditório, em que os interesses do Estado moderno se conflitam a todo momento com os princípios de reprodução camponesa.

O Assentamento Rural é formado por lotes, onde moram e produzem as famílias assentadas; o Centro Comunitário; as Áreas de Reserva Legal; as Áreas de Proteção Permanente; e as vias de acesso interno. Cada família assentada vive em um lote no Assentamento Rural. Cada lote é uma unidade, tanto do ponto de vista doméstico, como do produtivo. Cada unidade é formada, de modo geral, pela casa e pelos espaços produtivos - a horta, a roça, o galinheiro, o curral, etc. Todos esses espaços têm especificidades e dinâmicas próprias e são articulados entre si e de forma variada, dependendo da estratégia produtiva traçada por cada família e do período do ciclo agrícola. As famílias produtoras fazem planejamentos prévios buscando o autossustento produtivo e, nesse sentido, traçam a organização do trabalho na unidade.

O primeiro capítulo analisa as relações de produção travadas pelos sem-terra no período anterior à luta, quando eram meeiros e boia-fria. O entendimento dessa fase foi importante para compreender como avançou o processo de expropriação na região e de que modo ele atingiu as relações de produção camponesas na região. Nesse sentido, foi possível perceber diferentes níveis de autonomia da produção camponesa à medida que seus meios de produção eram expropriados, e o limite no qual conseguem manter a busca do

sustento a partir da produção.

No trabalho de campo busquei retomar o período anterior à luta, na busca de indicações sobre qual o significado da conquista da posse da terra na visão desses camponeses. Isso daria sinais para entender o movimento de afirmação que constrói os processos de luta: qual autonomia e modelo de vida que esses camponeses buscam constituir? Houve também alguma negação, na medida em que a luta, da mesma forma, cria um movimento de contrariedade a uma condição imposta. As imposições que eles negavam se deram apenas no momento da expulsão do campo para a cidade? Ou existiu um processo mais longo de expropriação e submissão que rejeitavam?

Igualmente procurei entender se houve alguma continuidade entre as formas anteriormente praticadas, de organização do trabalho na terra e de condução da produção agrícola, e as formas de ocupação e organização da produção no Assentamento rural.

No segundo capítulo, fiz algumas considerações gerais sobre o Assentamento Rural como espaço de conflito entre os interesses do Estado moderno, que normatiza o Assentamento Rural, e a reprodução camponesa.

No terceiro capítulo, retomei o processo de constituição de Barriguda desde sua ocupação. A partir da necessidade de estabelecer a produção de mantimentos para o acampamento, os sem-terra se fixaram temporariamente nas margens do córrego Confins. Desde esse momento se mostra a articulação entre organização do espaço e organização produtiva. Na medida em que as necessidades de consumo dos camponeses se renovam e a correlação de forças,

os “tempos da luta”, vai variando, ou priorizam a produção coletiva, ou decidem pela autonomia individual familiar. Nesse processo de incorporação no espaço, o território camponês já está em formação, antes mesmo de se converter, frente à legalidade do Incra, em Assentamento Rural.

Passo então para a análise do assentamento atualmente: as unidades de produção familiares. Se resguarda a busca do autossustento da unidade, princípio da produção camponesa, que exige que cada família *projete* uma organização do seu espaço. Para isso, traçam uma estratégia produtiva que contemple tanto as *despesas* da família quanto a produção do excedente, que será trocada ou vendida no mercado local. Na constituição da unidade de produção, ficam claros diversos conflitos entre a normatização do Incra sobre o Assentamento Rural e a reprodução do modo de produção camponês, o que não impede os assentados de buscar saídas nos rearranjos sociais do dia a dia.

Por fim, analiso como as formas de ajuda e solidariedade vicinal se perpetuam quando os camponeses se tornaram assentados. Frente à continuidade do processo de expropriação e o avanço da crise hídrica, que se reflete no abandono de lote e saída dos jovens do Assentamento Rural, a prática da ajuda entre vizinhos se mostra como um importante mecanismo de ajuste para complementar a desarticulação da força de trabalho familiar das unidades. Contudo, os momentos de convívio e de trabalho coletivo já sentem as consequências na medida em que a organização individual familiar prevalece enquanto modo de organização camponês em Barriguda.



## **relações de produção travadas pelos sem-terra e o processo de expropriação**



*esse desequilíbrio de a gente vive num mundo sem-terra. Como é que isso foi desequilibrado? Eu pergunto pra muitas pessoas. Porque eu acho que quando Deus envia a pessoa no mundo, ele envia na condição de viver na terra. Aí quando ela chega na terra, os espertalhão carrego terra, estudo, riqueza. (...) Fico me perguntando, diz que meu avô tinha terra, que meu bisavô tinha terra. E por que que eu não tenho nenhuma casa pra morar? A gente fica pensando, e depois a gente descobre como é que se perde, como é que se ganha<sup>1</sup>.*

Na busca de compreender os princípios norteadores da organização da produção agrícola praticada pelos assentados de Barriguda, percebi que também era necessário entender o processo de expulsão dos camponeses do campo, e como isso altera a organização do seu trabalho e das relações de produção. São várias as formas de posse e uso da terra que eram estabelecidas pelos camponeses antes de serem expulsos, mais ou menos precárias, que davam possibilidades de maior ou menor autonomia e que variavam conforme as formas de expansão do capital no campo e seu estágio de desenvolvimento<sup>2</sup>.

Me concentrei em analisar as relações de produção estabelecidas pelos

Na imagem anterior: palmeiras-buriti em meio a um trecho de cerrado parcialmente preservado

1 As entrevistas utilizadas nesse trabalho foram todas colhidas no trabalho de campo realizado em agosto de 2019, e foram feitas com os assentados de Barriguda, no município de Buritis, e os moradores da Vila de Sagarana, localizada no município de Arinos, que mantêm em prática as formas de reprodução camponesas locais.

2 No Brasil, a relação de parceria entre agregados e proprietários de terra é tradicional na agricultura brasileira. A meia é forma de parceria e de divisão da produção mais comum, segundo Umbelino (2007).

camponeses já na condição de sem-terra, o que abrange os acordos de parceria que eles estabeleciam com proprietários de terra e as relações de trabalho assalariado no campo, a partir da perspectiva da expropriação dos meios de produção necessários ao trabalho agrícola.

Foi necessário o entendimento da organização do trabalho camponês, estrutura baseada na força de trabalho familiar. Para isso, utilizei a teoria de Chayanov<sup>3</sup> (2014), que se baseia no caráter familiar da produção camponesa. Na sua teoria, cada família é uma unidade de produção e uma unidade de consumo: na medida em que a força de trabalho é de exploração familiar, é a composição da família que define a capacidade produtiva da unidade de produção e as exigências de satisfação da unidade de consumo. Cada família tem capacidade produtiva específica, pois são formadas por quantidade de membros diferentes, com distintos rendimentos de trabalho, nível técnico, etc., o que reflete na área que cada uma é capaz de “tocar”. A força de trabalho familiar é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa. Sua produção é utilizada, em primeiro lugar, para o sustento dos produtores. Seu cálculo (quantitativo e qualitativo) é feito segundo as necessidades dos produtores, na escolha dos gêneros que serão cultivados. Prevalece o caráter qualitativo na produção em relação ao quantitativo, portanto, a comparação entre gêneros mais ou menos lucrativos não é o que prioritariamente determina a produção.

Ainda segundo Chayanov (2014), qualquer produto agrícola pode ser encarado do ponto de vista das necessidades familiares e do ponto de vista da fadiga que exige para ser produzida, o que determina um grau específico de autoexploração de cada família. Se há o aumento da produtividade do

3 CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de. Chayanov e o Campesinato. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. parte I, cap.2, p.99-137.

trabalho, o que acontece é: por um lado, a diminuição do valor do produto; por outro, o aumento da fadiga. Enquanto a fadiga dos membros da família for considerada subjetivamente menor do que a satisfação das necessidades do camponês, haverá a continuidade da atividade econômica. Ao atingir o equilíbrio<sup>4</sup> entre esses dois fatores, fadiga e satisfação, a família não intensifica mais o trabalho de seus membros, pois o aumento da quantidade do produto significaria uma penosidade extra, um aumento do grau de autoexploração. Esse equilíbrio entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades é irracional à lógica capitalista, pois o fim desta é a acumulação contínua e sempre maior do capital, o que reforça o caráter não capitalista da economia camponesa.

A teorização de Chayanov foi feita a partir da observação de sociedades camponesas que asseguravam a unidade produtiva a partir da força de trabalho familiar, da posse de todos os meios de produção necessários à produção agrícola, de disponibilidade de recursos naturais e de um relativo isolamento, o que não é o caso dos camponeses enquanto agregado, assalariado ou assentado, por motivos diferentes. Os agregados não tinham a posse da terra; os assalariados eram desprovidos de todos os meios de produção; e os assentados são integrados à sociedade envolvente, têm uma relativa dependência ao mercado e, atualmente, encontram limitações na disponibilidade da água, meio de produção necessário ao trabalho agrícola.

Anteriormente, até a década de 1960<sup>5</sup>, antes do processo de modernização da agropecuária chegar à região, trazendo a imposição da lógica da propriedade privada, havia comunidades rurais que viviam em meio ao Cerrado<sup>6</sup>, próximas

4 “Em economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada – a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade econômica, o produto qualitativamente correspondente em gêneros.” (CHAYANOV, 2014)

5 Esse equilíbrio é definido dialeticamente se opõe ao sobretrabalho. WOORTMANN, 2014.

6 A partir da década de 70, são implementados vários incentivos à modernização da produção agropecuária no território que abrange o Cerrado, que inclui a região em estudo, visando a produção com destinação à exportação. Sobre o avanço da modernização no Noroeste de Minas Gerais, ver BIANCHI.

à beira dos rios. Pode-se dizer que estas comunidades eram mais próximas a uma *economia natural*<sup>7</sup>, até serem expulsas pela chegada da modernização, quando, provavelmente, parte migrou a outras regiões em busca de novas terras, parte permaneceu na região e se converteu em agregado ou trabalhador rural assalariado, e outra parte se transferiu aos centros urbanos e foi submetida à proletarização. A partir de então, os camponeses que permaneceram têm uma produção mais ou menos integrada e sujeitada ao capital – seja o mercado ou os proprietários de terra –, o que forma contextos onde a produção pode garantir mais ou menos o sustento da unidade de consumo. Não há uma plena autonomia da produção, nem uma *economia natural*. Contudo, a força de trabalho familiar é uma estrutura que permaneceu e que caracteriza a organização do trabalho e da produção dos grupos estudados e, também, que continua visando seu auto sustento.

Entre os camponeses acessados no trabalho de campo, é bastante compartilhada a noção de *fartura*, que se difere de subsistência. A subsistência se relaciona ao que eles denominam de *despesa*, que é um mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, tanto do ponto de vista alimentar quanto social<sup>8</sup>. A *fartura* engloba a *despesa*, contudo, são “quantias” diferentes. Quando os camponeses falam *fartura* eles se referem a um nível de satisfação ideal, o que poderia ser medido pela soma de margem de segurança para além desse mínimo, da *despesa*.

A produção sempre visa uma situação de *fartura*. Nela, os camponeses estariam aptos a se reproduzir mesmo se a produção se tornar instável por algum imprevisto, por exemplo, quando sua roça não tiver a produção planejada.

7 No trabalho utilizarei “Cerrado” para me referir ao bioma e sua vegetação característica, que abrange Buritis e toda a mesorregião do Noroeste de Minas Gerais.

8 Um grupo vive segundo mínimos sociais e vitais, ou seja, com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria possível a vida social (Candido, 2010).

Atualmente, os camponeses estudados estão em um quadro de garantia de *despesa*. Somente se a *despesa* estiver minimamente assegurada – este nível é definido por cada família, que é a unidade de consumo – é que se utiliza o excedente da produção para vendas ou trocas com a sociedade envolvente.

Neste trabalho, os camponeses serão denominadas de diferentes formas, variando conforme que a abordagem da análise: *família* será utilizado quando a intenção é se referir de modo mais genérico à organização da força de trabalho camponesa; *meeiro, parceiro ou agregado* e *boia-fria* serão usados para denominar diferentes graus de autonomia e de relações de trabalho travadas por trabalhadores do campo que não têm a posse da terra; *sem-terra, acampado* e *assentado* se referem a diferentes momentos políticos que os camponeses ocupam na luta pela terra. O *acampado* e o *assentado* também se referem a diferentes correspondências sobre as formas de organização da produção praticada na terra e a relação com a sua posse. *Unidade de produção* ou *unidade produtiva*, e *unidade de consumo* são categorias definidas por Chayanov (2014) para compreender a lógica de produção familiar camponesa, e também serão utilizadas nesse sentido.

## **o meeiro e as relações de parceria**

Em Buritis, até a década de 1980, os camponeses que passaram pelo processo de expulsão da terra eram forçados a estabelecer relações de parceria com algum proprietário de terra para continuar na condição de produtores agrícolas, na qual o primeiro cedia uma parte da sua produção e o segundo cedia o direito de uso de uma parte da sua terra, para que o camponês pudesse morar e produzir.

A parceria é elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade. Assim o proprietário, ao agregar um parceiro, divide com ele os custos e os ganhos. É comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista, como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e, consequentemente, aumentar suas rendas<sup>9</sup>.

Na relação de parceria o camponês se torna agregado do proprietário

de terra, estabelecendo um acordo de produção. Esses acordos podem variar: tanto em relação a qual proporção da produção fica com cada um, quanto de quem é a responsabilidade de entrar com algumas matérias-primas, como as sementes, ou realizar o preparo da terra para o cultivo. A proporção de divisão mais comum é a *meia*: o meeiro tem de ceder metade da sua produção ao proprietário da terra, em troca do uso da terra.

No Urucuia, as culturas produzidas na meia eram diversificadas. Podiam ser feijão, arroz, milho, cana, mandioca ou algodão, e a parte da colheita que pertencia meeiro era usada, antes de tudo, para a despesa da família até a próxima colheita. Se, após a garantia dessa necessidade primeira, houvesse alguma sobra, essa parte da produção era vendida.

Na *meia*, a força de trabalho familiar do agregado era responsável por toda produção, tanto a do proprietário quanto a dele própria. Por isso, na realidade ele *tocava* duas roças, ou seja, dois espaços produtivos: a produção principal, que seria dividida com o proprietário, e a produção destinada para suas necessidades, que englobava uma pequena lavoura e criações de animais. Isso significa que quanto mais numerosa era a família camponesa, maior era sua capacidade produtiva.

Ao retomar o tempo da *meia*, os assentados consideram que a sujeição ao proprietário estava no fato de que ele se apropriava de metade da sua produção.

*mas se a gente planta alguma coisa, sabe que é da gente sozinho, né. E quando era pra lá, podia plantar uma roça, podia ser pequena, só a metade que era nossa, a outra era do fazendeiro.*

*Então hoje, graças a Deus, a gente tem o terreno. E nem que planta pouquinho, porque não tem dinheiro pra fazer uma lavoura maior, mas o que faz é só da gente. Então, isso pra mim é uma coisa muito importante.*

Não fosse a terra, os meeiros tinham todos os meios de produção necessários ao trabalho. Possuíam as ferramentas, as matérias primas, a força de trabalho e os saberes necessários à produção agrícola. O problema era justamente a posse da terra, sendo que a propriedade privada garantia privilégios para quem a possuísse. Nesse caso, os proprietários podiam tanto se apossar de metade da produção, como decidir sobre quais culturas seriam cultivadas na sua propriedade. Eles impunham restrições até sobre os cultivos da pequena lavoura do meeiro e suas criações, destinadas a seu próprio consumo, sendo apenas permitido cultivar culturas que se desenvolviam rapidamente até a colheita, como alguns grãos e hortaliças. O feijão e arroz foram os mais citados. Alguns proprietários proibiam os cultivos mais longos, como a mandioca, pois o maior período até a colheita poderia fazer com que o meeiro pretendesse ficar mais tempo na propriedade, circunstância que era evitada, pois os proprietários temiam ter parte de sua terra tomada. Isso acabava por restringir a autonomia de cada família em definir sua própria produção. O mesmo valia para as criações: era permitido ao camponês criar galinhas ou porcos, animais que se desenvolviam em períodos curtos, diferentemente do gado, que não podia ser criado pelo meeiro. Também era imposta a divisão das crias: quando havia procriação dos animais do meeiro, metade passavam a pertencer ao proprietário.

Uma assentada de Barriguda comentou a situação de quando sua família vivia da meia e a imposição de restrições na sua produção:

*agregar significa assim, ‘você é boa de serviço? Vai pra minha fazenda, te dou um pedacinho’. Aí você chegava lá, mandava você fazer casinha, você ficava naquela carroça. (...) aí a hora que precisava da cerca, você ia fazer, precisava dizer roçado, você ia fazer, tocava a roça à meia. Sem direito de você criar gado. Mandioca as vezes podia plantar, dependendo do fazendeiro ainda deixa plantar. Não podia plantar essas coisas que ajudava a ficar muito tempo.*

Em sua fala fica claro que o processo de expropriação já estava em andamento naquele período e que a condição de agregada era uma das únicas escolhas que restavam aos camponeses que não eram proprietários de terra. Em troca de ter o direito de morar e produzir na propriedade do fazendeiro, não somente cuidavam de toda a produção, como também faziam serviços gerais necessários à manutenção da fazenda.

Ao tomar para si sua parte da produção, a prioridade dos agregados era de sempre utilizá-la para garantir a *despesa*, como dizem os camponeses da região. Porém, levavam-se meses até o momento da colheita para então dividir a produção com o proprietário e, durante esse tempo, o agregado e sua família precisavam se alimentar. Para garantir o sustento, muitas vezes os agregados faziam adiantamentos com o proprietário:

*você plantava uma roça na meia, aí você não tinha o que comer, sua mulher não tinha o que comer, nem seus filhos. (...) De tarde logo que ele vinha, vinha trazendo 1kg de toicinho, rapadura,*

*arroz com casca, porque não era nem socado, pra poder a família dele alimentar. E isso, quando colhia a roça, ia descontar tudo. Se você plantasse uma roça meia, quando você colhia você tinha ¼ dela. Três partes já eram dele.*

Esse adiantamento era descontado da parte do meeiro no momento de se *partir* a colheita. Com os descontos, a parte do meeiro era reduzida para apenas 1/4 da sua produção, que somente então era utilizada para a *despesa* do ano. Por ser uma quantia reduzida para um longo período, no próximo ciclo agrícola os mantimentos poderiam, facilmente, não ser novamente suficientes, forçando a família agregada a fazer um novo adiantamento.

Em comparação com a realidade atual, alguns camponeses entrevistados entendem que no tempo da *meia* existiam algumas vantagens, como a união da família e a produção de mantimentos que hoje compram no mercado, como o arroz, rapadura, farinha de mandioca. Contudo, a maior parte entende que as condições de vida dos meeiros eram muito precárias devido à obrigatoriedade em ceder a produção ao proprietário da terra. Alguns alimentos, quando divididos, nem estavam aptos ao consumo, como o arroz, que vinha ainda com casca, ou seja, o volume que servia de alimento era mais reduzido e ainda exigia o trabalho de pilar. Na prática, os meeiros sustentavam duas famílias – a sua própria e a do proprietário –, além de cuidar de duas roças para sua sobrevivência – a que se *partia* na *meia* e sua pequena lavoura.

Além da restrição dos gêneros que seriam produzidos, também havia restrições na forma de uso e ocupação da propriedade pelos meeiros. Não era permitido fazer melhorias ou reformas nas construções sem o consentimento

5. O Usucapião Especial de imóveis rurais foi criada em 1981 pela Lei nº 6969; abrange terras particulares ou devolutas de até 25 hectares e seria válida para aqueles que produzem e moram numa área rural contínua por 5 anos ou mais.

do proprietário, pois poderiam indicar a possibilidade de permanência do acordo com o agregado durante um longo período, o que não era desejado<sup>10</sup>.

*Antes você não podia fazer um ranchinho melhor, porque se você fizesse um ranchinho melhor o cara pensava que você queria toma um pedaço da terra. Você não podia plantar um pé de banana porque cultura mais de longo ciclo o dono já ficava meio desconfiado. Então, até o que plantar quem dizia era o patrão, a casa não era sua, a terra não era sua, a produção não era sua. Então só de ter quebrado isso e a pessoa tá numa casa que é dele, numa terra que ele consegue planejar o que quiser em cima dela e não ter esse julgo de ser agregado de ninguém, isso já é tudo.*

*A gente pode ter o lugar da gente, você sabe que é seu. Ninguém vem tirar a gente. (...) Hoje eu tô aqui e amanhã o fazendeiro vai mandar eu sair daqui, inclusive aconteceu várias vezes com a gente, morar em terra dos outros, você tá ali bem tranquilo, plantava banana, cana, mandioca... quando tava quase na hora de você comer, fazendeiro vinha, mandava você sair. Isso aconteceu comigo várias vezes. (...) Você não podia criar nem um cavalo, quanto menos uma vaca. (...) Agora, graças a Deus agora eu planto e vou comer.*

Nos trechos acima, ao lembrar das condições de produção, os assentados colocam qual sua rejeição em relação à situação de agregado: a falta de autonomia em decidir sobre as construções em que moravam e sobre a escolha dos gêneros produzidos, além do risco de serem despejados a qualquer momento, perdendo todas as produções, são as situação mais lembradas. Nesse sentido, a autonomia sobre espaço, para eles, se relaciona diretamente à liberdade de

10 Quando descreviam o que era permitido ou não, foi recorrente na fala dos entrevistados a menção de que “cada fazendeiro era de um jeito”, o que demonstra que, por se tratar de um acordo, a relação que cada família agregada estabelecia com o proprietário de terra podia variar e determinar um grau maior ou menor de autonomia para utilizar a terra.

escolha produtiva e à organização espacial por quem produz.

Era comum que cada proprietário tivesse mais de uma família agregada, podendo chegar a mais de dez famílias, dependendo da área da propriedade. Para o proprietário, era vantajoso agregar várias famílias simultaneamente para que ele pudesse se apropriar de uma produção maior. As famílias agregadas tinham casas separadas e cada uma se responsabilizava por produções individuais, que seriam separadamente partidas com o proprietário.

Os camponeses faziam o acordo de parceria com o proprietário devido à ausência da posse da terra e na tentativa de manter o auto sustento da unidade de produção – apesar da *meia* se tratar de uma relação de subordinação para os meeiros, como ficou bastante claro na fala dos entrevistados. Para ter o direito de uso da terra que eles não possuíam, os camponeses ofereciam em troca a força de trabalho familiar ao proprietário, materializada na metade da sua produção. O mesmo vale para o proprietário: na impossibilidade de poder comprar a força de trabalho para fazer sua terra produzir, oferece o direito de uso de sua terra para o camponês em troca daquele elemento<sup>11</sup>.

Havia também a prática de ajuda mútua entre as famílias agregadas de um mesmo proprietário, que costumava ocorrer quando houvesse algum imprevisto que colocasse em risco a produção, por exemplo, se a capacidade produtiva da família fosse comprometida por algum membro que adoecesse. Outras vezes as ajudas tinham combinados pré-estabelecidos, principalmente nos períodos do ciclo agrícola que exigem mais trabalho, como o preparo da terra ou a colheita. Essa relação aparece em função dos camponeses não

11 Pelas falas dos entrevistados, entende-se que esses proprietários eram donos de pequenas e médias propriedades e que não eram detentores de grandes capitais. Caso fossem, seria muito mais vantajoso para eles o assalariamento de trabalhadores, para manter a produção agrícola, do que garantila pelos agregados.

disporem de rendimentos monetários para pagar trabalhadores assalariados e tinha um caráter mais solidário, que se manifestavam em trocas de diárias de trabalho ou de mutirões.

A ajuda mútua entre as famílias funciona como um mecanismo social para evitar perdas produtivas que cada família podia vir a passar, ou seja, funciona como forma de ajuste e manutenção das unidades produtivas. Podemos compreender que este é o papel exercido pelas relações de parceria e de ajuda mútua presentes na organização do trabalho camponês; sua prática é um mecanismo que integra a organização camponesa e se manifesta de diversas formas, dependendo dos desequilíbrios, dos ajustes necessários e das formas camponesas específicas, na busca da autonomia produtiva característica dessa economia.

## **o boia-fria e a fragmentação do trabalho**

*tinha muito fazendeiro que tinha 10, 12 agregado dentro da fazenda. Aí depois que foi acabando esse negócio de agregado, porque a lei foi mudando né. Aí foi tirando as pessoas que moravam na terra, e o povo foi tudo embora pra cidade. Os fazendeiro não quis mais deixar na fazenda porque apareceu aquele negócio de 'usucapião'. Aí o cara que morava 10 anos na terra ali ele tinha direito de incorporar, porque pro cara sair o fazendeiro tinha que indenizar ele.*

Por incidir diretamente nas formas produtivas e nas relações de trabalho, essa alteração legal sobre a posse da terra foi recorrente nas falas colhidas no trabalho de campo: a criação do Usucapião de modalidade Especial<sup>12</sup> para as propriedades rurais, o que reduziu à metade, para 5 anos, o prazo para ter direito de usucapião. Segundo os assentados, antes dessa mudança da lei já era comum que os proprietários de terra não permitissem que os agregados ficassem na propriedade por mais que 10 anos, devido à possibilidade de tomar

12 O Usucapião Especial de imóveis rurais foi criada em 1981 pela Lei nº 6969; abrange terras particulares ou devolutas de até 25 hectares e seria válida para aqueles que produzem e moram numa área rural contínua por 5 anos ou mais.

legalmente uma parte da propriedade.

Essa é uma das várias medidas estatais, além de isenção de impostos e oferecimento de subsídios, que incentiva a inserção das grandes empresas produtoras e a expulsão dos pequenos e médios produtores e proprietários de terra e que efetiva a continuidade do processo de modernização. A violência por parte dos grandes proprietários, por meio de jagunços e pistoleiros, também é recorrente e convenientemente utilizada devido à “ausência do Estado”. Em Buritis, a partir da década de 1970, a expropriação dos camponeses se acelerou e a maioria dos meeiros foram expulsos das terras onde produziam e moravam. Alguns até continuaram a trabalhar na *meia* para os fazendeiros morando na cidade, contudo, isso não durou muito tempo<sup>13</sup>.

Foram as pequenas e médias propriedades as mais afetadas pela expulsão dos agregados, pois seus proprietários não tinham capital o suficiente pra assalariar trabalhadores e manter a produção agrícola, que antes era garantida pelos agregados. Como o entrevistado disse, ele “sozinho não dá conta” de produzir, o que não o impedia de utilizar seu privilégio de proprietário de terras para aumentar sua renda. Dessa forma, entende-se que não era só o agregado que dependia do proprietário para poder continuar vivendo como camponês;

13 “Mas foi possível de mandar todo mundo embora porque a lei que os governantes arrumo, se eles ficava ali, depois tinha que partir a terra. Você andava nessas roças, você só via era gente. Com esse negócio foram tudo embora pra cidade porque não arranjava lugar pra ficar. Aí ficou difícil, eles foram embora pra cidade, o cara que tinha terra não produziu mais porque sozinho não dava conta. Todo jeito ficou ruim, aquele que fica, não tem quem ajuda, ele sozinho não dá conta.”

o pequeno e médio proprietário de terras também era dependente dos seus agregados para manter sua produção agrícola. Nesse sentido, a expulsão se mostra como um processo muito mais generalizado e abrupto<sup>14</sup>.

Esse mesmo entrevistado, ao relembrar as relações entre os agregados e os proprietários, demonstrou que eram variados os graus de autonomia e de subordinação que poderiam se dar entre ambos. Isso indica que, diferentemente de uma relação de produção capitalista, na qual há exploração do trabalho alheio, as relações de trabalho camponesas comportam outras variáveis para determinação de relações de hierarquia e reciprocidade. Ele nos contou um *causo* em que o proprietário e seus agregados eram muito próximos e, quando houve a necessidade do dono da terra retirar seus agregados por conta do Usucapião, esse proprietário chegou até a largar de tocar sua roça:

*esses dias um cara me contando um causo. Diz ele, que a fazenda do pai dele, tinha umas 10 famílias. Cada um tinha sua casa e cada um tinha aquele farturão, e eles tocavam 90 hectares de lavoura, cada um tocava uma parte. Aquele povão tinha na seca uns só carreando, outros só quebrando, eles ajuntava a trabalhar era tudo reunido. E todo mundo tinha dinheiro com o patrão, ao invés de dever. Depois eles saíram por esse Goiás, foram longe. (...) Aí diz ele que o pai dele até largo de tocar roça. (...) Eles eram tão amigos, o patrão com os agregados, eles se consideravam como irmãos<sup>15</sup>.*

Na impossibilidade de continuar como agregado de algum proprietário de terras, o camponês foi obrigado a se transferir para o espaço urbano. Apesar de produzir numa situação de precariedade enquanto meeiro, era

14 Frente a uma realidade de várias, pequenas e médias propriedades, ou seja, uma realidade já individualizada no campo, e a uma situação já precária de trabalho que caracteriza a meia, o processo de expropriação se mostra mais veloz.

15 Na compreensão das sociabilidade camponesa deve-se considerar as relações de compadrio e que, para os camponeses, liberdade e reciprocidade não se contrapõem a hierarquia, componente central do modo de produção doméstico camponês (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

possível constituir mecanismos sociais, baseados na solidariedade, para manter a unidade produtiva. Agora, com a completa expulsão do espaço rural e, caso não conseguissem entrar em algum pedaço de terra alheio e sem ocupação, tornando-se posseiro, restava aos sem-terra se submeterem a uma relação de trabalho estritamente capitalista, com venda da força de trabalho, assalariamento e submissão a uma rígida jornada de trabalho, seja na cidade ou no campo.

Os que continuaram trabalhando nas fazendas, agora, na condição de assalariados, se tornaram boias-frias. Para estes trabalhadores, abriu-se um período de vida lembrado como uma fase de grandes dificuldades, principalmente pela separação entre o local de produção e o local de moradia. O trajeto diário de ida e volta entre a moradia, agora na cidade, e as fazendas era chamado de *batidão*:

*aí chegou um tempo que a gente recuou à cidade, morando lá mas trabalhava em roda com os fazendeiro. Mas aí ficava mió porque livrava de fazendeiro achar que a gente queria fica lá, cria direito de usucapião. Parece que eles achava mió nós caminha duas léguas de a pé, trabalha o dia todo e de tardinha ainda tinha que dormir na cidade. Era desse jeito que era o batido.*

Como boia-fria, o camponês não possui mais nenhum dos meios de produção necessários ao trabalho agrícola. Pertencem ao proprietário de terra, que fornece a terra, as ferramentas, as sementes e os insumos necessários. O trabalhador só entra como força de trabalho, comprada pelo proprietário. Essa não pode mais ser baseada na família, pois o local de moradia não é mais

o mesmo do local de produção. Quando trabalhava como boia-fria, um dos entrevistados disse que somente ele, como responsável pela renda da família, ia diariamente até a fazenda trabalhar, sendo que ocasionalmente os filhos mais velhos iam ajudar de fim de semana. A mãe ficava na cidade, em casa, cuidando dos filhos mais novos.

O camponês passa a ser um trabalhador assalariado. Para explorar a grande propriedade, é mais vantajoso tornar o trabalhador uma peça substituível, descartável, do processo produtivo. A possibilidade de comprar a força de trabalho mostra que esse novo grande proprietário de terra, que surgiu em meio ao processo de concentração fundiária, se distingue do proprietário de terra que estabelecia uma relação de parceria com os meeiros. Esses últimos provavelmente deixaram de ser proprietários na década de 1980 na região, seja pela incapacidade de manter a produção agrícola sem seus agregados, seja por sua expulsão ou pela compra da terra para ser incorporada pelos novos grandes proprietários. Além disso, as novas relações de trabalho implicam que, o trabalhador passa a receber uma quantia em dinheiro como correspondente ao seu trabalho executado, que fica passível de ser divisível, decomposto em etapas e executado por trabalhadores diferentes. O boia-fria já não precisa participar de todas as etapas da produção agrícola. É dado o primeiro passo para a fragmentação do próprio trabalhador, na medida em que ele não domina mais todo o processo produtivo, perdendo a capacidade de constituir a unidade produtiva<sup>16</sup>.

O assalariamento do trabalho é o extremo oposto da exploração baseada na força de trabalho familiar e do equilíbrio entre unidade de produção e

16 “A função do salário é a de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital. Assim, (...) ele se mantém livre do instrumentos e dos materiais de que necessita para trabalhar, já que o trabalho só existe pela sua combinação com esses meios de produção que não são propriedade do trabalhador e sim do capitalista.” (MARTINS, 1995).

unidade de consumo. O cálculo das necessidades não pode ser mais qualitativo, na medida em que se produz, mas se recebe em dinheiro, uma moeda de troca, um equivalente universal. O caráter quantitativo da produção passa para o primeiro plano e se sobrepõe ao caráter qualitativo, característico da produção agrícola familiar. A economia natural torna-se economia monetária. Do ponto de vista da relação com o espaço, o trabalhador não tem mais nenhuma relação com a terra onde trabalha, não mora ali e nenhuma parte da produção lhe pertence. Apesar da relação de parceria com o proprietário de terra constituir um quadro precário e instável para a família camponesa, aquele sistema ainda era estruturado pela produção camponesa familiar, que permitia a formulação de mecanismos de ajuda e solidariedade coletivos de trabalho. Agora, o trabalhador é forçado a ser completamente individual, não pode mais produzir nada para sua própria *despesa*, possibilidade que, ainda que limitada, existia na *meia*. Seu consumo e sua reprodução são completamente submetidos ao mercado.

O trabalhador assalariado não tem mais o domínio completo do processo produtivo, desde o preparo da terra até a colheita. O boia-fria é pago pela produtividade e pelos dias trabalhados, ou seja, nos períodos do ciclo agrícola que exigem menos trabalho, o proprietário pode dispensar o trabalhador. Sua condição enquanto trabalhador é ainda mais precarizada do que era na condição de agregado. Os serviços se tornam completamente específicos e o boia-fria, para se manter, é forçado a trabalhar para vários fazendeiros ao mesmo tempo. Passam a existir longos períodos em que o trabalhador fica parado, sem receber.

Essa era a condição de vida dos assentados antes da ocupação de Barriguda. Alguns já estavam em condição de proletarização na cidade, empregados em funções como seguranças terceirizados e motoristas. Uma das entrevistadas, que viveu o trabalho como boia-fria, comentou esse momento de transição para o assalariamento, que marca a realidade mais drástica do processo de expropriação dos trabalhadores camponeses:

*era poucos trabalhador que conseguia morar nas fazendas por causa disso, eles tinham medo de a gente querer adquirir direitos [de Usucapião]. Aí era muito sofrido isso. Uns trabalhavam por dia, outros trabalhavam por semana, outros o serviço ia até o mês. (...) O trabalho é ruim pra nois, mas nois sabe que eles precisam da gente. A partir do momento que eles nem precisam da gente, aí joga mais pra trás.*

## **a não sujeição do trabalho camponês ao capital**

Na *meia*, o camponês paga ao proprietário o direito de trabalhar em suas terras com uma parte da produção. Esse pagamento é uma dedução da produção do próprio camponês, realizada com seus meios de produção (menos a terra, que é o objeto de troca), com a força de trabalho de sua família, com a jornada de trabalho estabelecida por ele mesmo. É feito diretamente, sem intermediários. É o trabalhador quem paga a renda.

Tanto o agregado, como o boia-fria, não têm a posse da terra para produzir, já estão na condição de sem-terra. Contudo, de meeiro a boia-fria, há um processo em que o trabalhador perde a propriedade de todos os meios de produção para realizar o seu trabalho e há a expulsão da moradia no campo. Sem as ferramentas necessárias, a matéria-prima e a terra, resta ao trabalhador sua força de trabalho. Sua única alternativa é vende-la a quem possui os meios de produção, o capitalista (que pode ser também o proprietário da terra ou seu arrendatário)<sup>17</sup>. Para o capitalista, possuir todos os meios de produção significa ter o domínio do processo de trabalho, mesmo sem exercê-lo. O salário é o mecanismo que prende o trabalhador ao capitalista, que pode assim explorá-lo

17 Os caminhos impostos pela expropriação não se dão linearmente, numa sucessão economia natural-agregado-assalariado. Mas o que se quer entender aqui são os diferentes níveis de autonomia camponesa e o limite no qual conseguem permanecer produzindo e buscando o autossustento.

e extrair o lucro, a mais-valia.

*A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (MARTINS, 1995)*

Segundo Martins (1995), a expansão do capitalismo no campo no Brasil se dá primeiramente pela sujeição da renda da terra ao capital e, posteriormente, pela sujeição do trabalho ao capital. Isso fica claro quando observamos que, no campo, o capital se manifesta, antes de tudo, diretamente na forma das grandes propriedades de terra. Dessa forma o capital tende a se apropriar primeiro da renda da terra, criando assim condição para sujeitar o trabalho que se dá na terra.

No Brasil o movimento do capital opera no sentido de que o proprietário de terra e o capitalista seja personificado pelo mesmo agente. O capital se apropria diretamente das grandes propriedades, que se formam através da expropriação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios proprietários para a aglutinação das suas terras. Formada as grandes propriedades, de elevada renda da terra, sua produção agrícola é estritamente capitalista. Assim, além da renda, obtida enquanto proprietário, passa a extrair mais-valia a partir da produção agrícola, enquanto capitalista.

Em Buritis, o processo de modernização da agropecuária está consolidado e altamente desenvolvido em comparação a outros municípios que abrangem a bacia do rio Urucuia. São produções altamente mecanizadas, e atualmente predomina a monocultura de grãos e a pecuária de corte e leiteira.

Nas pequenas propriedades e porções de terra que resistem à expropriação, de culturas e criações diversificadas e voltadas para a alimentação do mercado interno, a renda da terra é baixa. Aqui estão os agricultores familiares, de baixo nível de mecanização. Estes são representados, na região de estudo, pelos pequenos proprietários de terra e pelos assentados rurais. A extração da renda da terra, nesse caso, acontece principalmente via a acumulação de juros dos empréstimos, que os pequenos produtores fazem para conseguir ter recursos para produzir. Como vemos, a extração da renda acontece por forças externas aos camponeses, no momento da venda da sua produção, independentes das suas formas produtivas e exercidas pelo capital via crédito e mercado. Portanto, no espaço de produção campesina, o capital não se tornou proprietário de terra e, portanto, não sujeitou o trabalho que nela é praticado.

*Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. (MARTINS, 1995)*

A partir das entrevistas feitas com os moradores do Urucuia, percebe-se que o fim das relações de parceria do camponês e sua família

no campo, provocada pelas mudanças na lei de Usucapião e concentração fundiária, significa imediatamente sua conversão em trabalhador assalariado e a desestruturação dos elementos que constituem a unidade produtiva camponesa. Praticamente não houve possibilidade, dentro das regras impostas pelo avanço do capital, do camponês manter sua autonomia, integralmente ou parte dela, seja pagando um aluguel em dinheiro pelo uso de uma porção de terra, adquirindo uma pequena propriedade para continuar produzindo e garantir sua própria subsistência, etc. Ele foi imediatamente, de forma violenta, convertido em sem-terra e expulso para a cidade. Para os camponeses, a contrariedade à submissão do trabalho e ao modelo de vida impostos pelo capital se traduzem na luta contra o movimento de expulsão. Se materializam na resistência de retornar e permanecer no campo.

Portanto, a contraposição à grande propriedade e a resistência das formas produtivas camponesas são também a contrariedade à expansão da produção capitalista. Esse confrontamento se mostra na luta pela terra travada pelos expropriados do Urucuia e na forma como reconstituem o espaço e as relações de produção camponesas, agora, no Assentamento Rural.





## **alguma considerações sobre a atuação do Estado nos conflitos agrários**



O Estado se apresenta como mediador e suposto agente imparcial dos conflitos agrários, assim como seus dispositivos, formados pela legislação, as instituições e seus instrumentos políticos. Os precedentes políticos e a conjuntura na qual os primeiros projetos de assentamento de populações rurais foram implementados, na década de 1970, mostram que houve um esforço do Estado de enquadrá-los em um projeto de modernização do campo. Os primeiros assentamentos rurais tinham declaradamente a finalidade de colonização do território nacional e serviam à viabilidade de expansão da fronteira agrícola, ou seja, ao avanço dos limites da propriedade do latifúndio para áreas ainda não exploradas e garantia das condições necessárias para o desenvolvimento econômico da monocultura, da pecuária e da mineração.

Nesse período, o Estado concebeu o Projeto Integrado de Colonização PIC-Sagarana na fazenda do Boi Preto, na região em estudo, visando trazer mão de obra e direcioná-la em benefício do crescimento econômico regional. No entanto, a própria falta de planejamento e continuidade das políticas esvaziaram o PIC, que não se desenvolveu da forma como foi concebido. Hoje, a Vila de Sagarana, no município de Arinos, se reproduz como uma comunidade campesina relativamente isolada<sup>1</sup>.

Na imagem anterior: barragem de água no córrego barriguda, construída por fazendeiro para captação privada do recurso e com anuência do Estado.

1 Sobre as concepções políticas e socioeconômicas do PIC-Sagarana, e as imposições e inadequações dos projetos de planejamento territorial em relação à reprodução da vida camponesa local, ver Souza (2017).

A Reforma Agrária surgiu como uma reivindicação da luta dos trabalhadores pela justa distribuição de terra<sup>2</sup>. Mas não somente isso: expressa a luta do camponês pela autonomia em organizar sua produção e, a partir dela, reproduzir o seu modo de vida. Para isso é necessário, antes a posse da terra e dos outros meios de produção e o livre usufruto dos recursos da natureza para agricultura e criação.

Tanto no momento anterior, como no posterior à criação do assentamento, o Estado e suas instituições fazem a intermediação dos conflitos. No primeiro momento, ao formular e executar as políticas de Reforma Agrária, o poder público atua como mediador no embate entre os trabalhadores expropriados e os grandes proprietários de terra. Quando há, por exemplo, a ocupação de uma propriedade para exigir a negociação para a tomada de medidas concretas é também o poder público que atua, seja efetivando a negociação, seja fazendo a repressão política da ação. Criado o Assentamento, o Estado se conforma como o alvo das reivindicações dos assentados, já que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o responsável por implementar, estruturar e normatizar o Assentamento Rural.

O Assentamento Rural é uma conquista da luta camponesa por terra para produzir. Mas também deve ser compreendido como um empreendimento no qual há a imposição de regras pelas instituições estatais, que possuem interesses muito próximos dos grandes produtores capitalistas rurais<sup>3</sup>.

Pressionado pelas reivindicações camponesas e tendo que dar respostas às crises econômicas, os organismos estatais adotam posturas variadas e alternadas,

2 Sobre as lutas camponesas travadas no território nacional desde as Ligas Camponesas, as lutas dos meeiros, rendeiros, parceiros, quilombolas, entre outras formas de aglutinação e organização dos trabalhadores e comunidades rurais, e a construção da Reforma Agrária como uma reivindicação rural e urbana, ver Oliveira (2007).

3 A imposição da organização espacial do Assentamento rural em lotes também deve ser compreendida como o não rompimento com a lógica da propriedade privada.

ora tendo que ceder às reivindicações dos trabalhadores, ora beneficiando as elites agrárias, na busca de consensos para a resolução dos conflitos. A aplicação da legislação e atuação dos órgãos, como o Incra, variam conforme a correlação de forças, pois refletem a contradição que o Estado assume como mediador dos conflitos de classe<sup>4</sup>.

As conquistas obtidas pelos camponeses no campo institucional, como o reconhecimento legal dos Assentamentos Rurais, a função social da terra, a organização em sindicatos e movimentos sociais, etc., teoricamente assegurariam a legalidade de sua atuação e o amparo do Estado pela justa distribuição de terras. Contudo, o Assentamento Rural não rompe com a propriedade privada da terra, enquadrando a reprodução camponesa nessa lógica. Na prática, os camponeses são constantemente criminalizados ou ficam à mercê de violências que partem dos próprios proprietários de terra, que utilizam jagunços e que contam com a conivência ou apoio do Estado.

O processo de modernização do campo e de implementação da Reforma Agrária pelo Estado são duas faces de um mesmo processo. Em Buritis, a intensificação da modernização da agropecuária e a concentração de terras continuaram enquanto eram implementados os Assentamentos Rurais. Ao passo que o Estado desapropria uma fazenda, os grandes proprietários vão concentrando as áreas próximas. Apenas em Buritis são, atualmente, 22 Assentamentos totalizando 1048 famílias assentadas numa área de 37.585 ha, ao mesmo tempo que há um latifúndio no município que, sozinho, soma 45.000 ha, sendo de um mesmo dono<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Marques (2000).

<sup>5</sup> Santos (2016).

A obtenção de terras para a Reforma Agrária pode ser feita por diversos procedimentos, sendo o mais comum a aquisição por desapropriação, que se aplica às propriedades rurais que não estiverem cumprindo a função social da terra, ou seja, não atingirem os graus mínimos de exploração exigida. Caso o Incra desaproprie<sup>6</sup> as terras, sua posse passa para o órgão, que então aponta quais as condições produtivas, as práticas agrícolas mais favoráveis, a quantidade de famílias que o assentamento pode abrigar e sua organização espacial, por meio de um anteprojeto.

O Incra divide em três etapas todo o processo de viabilização de um assentamento rural: criação, implantação e estruturação<sup>7</sup>.

A primeira etapa consiste na criação do Assentamento, que envolve a aquisição das terras pelo Incra e a oficialização da área do assentamento, o nome do projeto, a capacidade de famílias assentadas e os procedimentos da etapa de implementação. Então é feito uma proposta de organização espacial do assentamento por meio do parcelamento, delimitando os lotes. Essa proposta, inicialmente, era decidida e executada somente pelo Incra, não cabendo nenhuma interferência por parte dos sem-terra. Contudo, frente à precarização do órgão e às reivindicações dos sem-terra para participar das decisões, os processos de parcelamento, formas de ocupação e de sorteio das parcelas são organizados pela própria comunidade que vai ser assentada, que “doa” esse serviço ao Incra.

Então, há o sorteio das parcelas e o Incra firma com um titular um Termo de Concessão de Uso (TCU), que assegura ao assentado apenas a posse

6 Caso haja a desapropriação das terras o Incra deve indenizar o proprietário, processo que muitas vezes beneficia fazendeiros.

7 Essas etapas eram chamadas de implantação, consolidação e emancipação.

e permanência no lote se cumpridas todas as exigências, ou seja, o assentado tem uma condição precária em relação a sua terra, e pode perder o direito de uso a qualquer momento.

Por fim, na estruturação do Assentamento o Incra implanta a infraestrutura básica, que engloba a abertura de estradas, implantação de sistema de abastecimento de água e esgoto e de rede elétrica. Essa etapa ocorre somente após a instalação das famílias no Assentamento. Por ser a última, é comum que essa última fase fique bastante incompleta e às custas dos próprios assentados.

Somente após 10 anos de criação do assentamento os assentados podem requerer o Título de Domínio, que transfere o imóvel ao assentado em caráter definitivo.

As exigências que o Incra impõe ao processo de constituição do Assentamento muitas vezes se tornam entraves burocráticos que não estão de acordo com a vida e necessidades dos assentados e mostram-se, na prática, insuficientes para a real estruturação dos Assentamentos e preparo das famílias para se tornarem produtores agrícolas, fazendo com que algumas saiam de seus lotes.

O Assentamento Rural enquanto projeto, ao ser concebido e administrado pelo Incra, é submetido aos princípios de racionalidade, ao buscar o máximo aproveitamento dos recursos, e objetividade, ao tratar das características do espaço segundo suas qualidades objetivas. O próprio termo *assentar* é uma designação do Estado e sugere uma ação ordenada e técnica,

que visa apenas a alocação de populações em determinada área para a resolução pontual de problemas socioeconômicos. Porém, a luta dos sem-terra traz uma ressignificação do conteúdo político e espacial do Assentamento Rural, explícito no processo de Barriguda. Os camponeses se apropriam das formas impostas e inserem suas proposições no projeto de organização do espaço. Enquanto território em construção, o Assentamento é espaço de reorganização da vida produtiva do camponês e de construção de laços de reciprocidade de um grupo enquanto comunidade.

A luta por condições básicas de produção e autossustento continua quando os produtores se veem na necessidade de produzir e se manter nos seus lotes com recursos e assistências mínimos. Os embates continuam e agora a luta é por medidas que garantam a estabilidade no novo espaço, para que a autonomia produtiva possa ser construída. O Assentamento Rural é o ponto de partida para outra fase da luta dos sem-terra<sup>8</sup>.

8 Exemplo dessa ressignificação é que hoje existem vários tipos de assentamentos rurais, como os de reserva extrativista, reassentamentos por atingidos por barragens, entre outros. Percebe-se que a noção de assentamento rural foi mudando com o tempo, conforme as transformações nas disputas no campo e a constante atualização da luta dos próprios trabalhadores.





**barriguda**



Frente à expansão e consolidação da presença da agropecuária moderna na região, se intensificou o processo de expulsão dos camponeses para a cidade. As famílias camponesas não proprietárias de terra que ainda resistiam na região perdiam seus vínculos como agregadas, e foi imposta sua transferência para o meio urbano, onde resta somente a possibilidade de se converterem em trabalhadores assalariados no campo ou na cidade. Frente à submissão a um modo de vida completamente distinto ao do camponês, a significativa piora da qualidade de vida somada à crescente organização de movimentos sociais no campo<sup>1</sup>, houve uma articulação regional entre sem-terra de municípios do Noroeste de Minas, Distrito Federal e Goiás.

As articulações que deram origem à ocupação de Barriguda vêm desde o início da década de 1990 e de um amplo processo de organização entre sem-terra, movimentos sociais camponeses – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) - e sindicatos locais, em vários municípios além de Buritis, compreendendo também Goiás (Formosa, Luziânia, Ocidental e Cabeceiras), Distrito Federal e outros municípios de Minas Gerais (Unaí, Uruana de Minas e Arinos)<sup>2</sup>. Antes de irem para Barriguda, em julho de 1995 organizaram um acampamento nas margens do rio Preto

Na imagem da página anterior: criação de bovinos de assentados

1 Sobre a luta dos movimentos camponeses no Brasil, ver Oliveira (1995; 2001).

2 Devido a essa articulação, os assentamentos rurais de localizados nos municípios de Buritis e Arinos estão registrados na Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno do Incra (SR-28).

com 1600 famílias, na fronteira entre os dois estados.

Era questão de tempo para definir uma fazenda improdutiva e com solo fértil como o local de ocupação e reivindicação de desapropriação, localizada entre o Rio Urucuia e o Córrego Confins, e de dispor de organização para fazer a ocupação. No dia 1º de setembro, mais de 1000 famílias sem-terra foram em 11 caminhões ocupar a *terra prometida*, forma como eles denominavam na época o local que se tornaria o Assentamento Mãe das Conquistas, ou Barriguda.

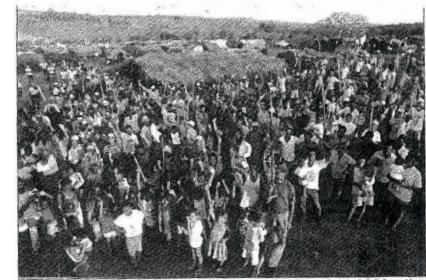
Frente à turbulência e às perseguições no momento de ocupação, algumas famílias decidiram não ficar no acampamento. Mas 700 famílias permaneceram e, conforme a ocupação de Barriguda se estabilizou, algumas foram saindo e organizando outros acampamentos nos seu municípios de origem, ampliando a luta pela terra na região. Dessas, cerca de 300 conseguiram ser assentadas, após inúmeras ações e tensionamentos em relação ao INCRA e aos fazendeiros locais.

## a ocupação e a fase do acampamento

*quando colheu a primeira safra, serviu de estrutura pra tocar pra frente. Não ficou mais difícil a partir daí. A subsistência tava garantida e a resistência tava garantida.*

As decisões sobre como se daria o acampamento tinham uma preocupação central: garantir a alimentação de todas as famílias sem-terra. No momento da ocupação, cerca de 2000 pessoas estavam em Barriguda, número que foi variando por dois motivos opostos: algumas famílias saíram para formar outros acampamentos nos seus municípios de origem, mas outros sem-terra foram chegando conforme o acampamento foi se consolidando. A tendência era que outros membros da família, como as mães ou os filhos mais novos que não podiam se arriscar no momento da ocupação, fossem para o acampamento.

Os sem-terra decidiram entrar na fazenda Barriguda no mês de setembro. O período do ano não foi escolhido por acaso: em 1995, na região, as primeiras chuvas começavam a cair ainda em setembro, marcando o início do



Acampado a 40 km da fazenda Córrego da Mata, os sem-terra querem que o Incra desaproprie a propriedade do presidente

imagem do acampamento da fazenda barriguda. fonte: arquivo CPT

*tempo das águas*, período de precipitação do ciclo hídrico da região. Os meses de agosto e setembro eram de preparo da terra para que, quando chegassem as primeiras chuvas de outubro, fosse possível fazer o plantio para aproveitar todo o período de chuvas, que costumava durar até maio. Como a preocupação era assegurar a alimentação dos sem-terra o quanto antes, teria que existir uma produção agrícola logo no início do acampamento, o que só poderia ser feito se aproveitassem as chuvas daquele ano.

O local dentro da fazenda onde seriam erguidas as barracas foi definido pela necessidade de garantir a produção inicial e a falta de recursos das famílias. Era necessário que os acampados estivessem em solo propício ao plantio e próximos da água, tanto para garantir a irrigação – os sem-terra não tinham bombas ou mangueiras para levar a água a locais distantes ou de cota elevada - como para garantir suas necessidades básicas - banho, água pra cozinhar, beber e lavar a roupa -, ou seja, tinham que estar bem próximos de um curso d’água. Inicialmente, os sem-terra se estabeleceram próximos às margens do rio Urucuia (indicado no mapa 2 pelo local A), mas uma enchente repentina “correu com nós de lá”<sup>3</sup>. Em consequência, perderam a roça que começavam a preparar, o que fez com que o ano seguinte, 1996, fosse de enormes dificuldades para a garantia da alimentação. Nesse ano, os acampados dependeram muito de doações da população local, o que não era fácil, pois havia uma imagem depreciativa sobre a ocupação. O Incra chegou a fornecer cestas básicas durante o acampamento, mas eram reduzidas em relação às necessidades de consumo das famílias e vinham com alimento completamente inadequado. Quando perguntados sobre o sustento desse período, os assentados sempre lembravam

3 Foi recorrente na fala dos assentados a menção de que ocorriam cheias repentinas dos rios durante o período do acampamento, o que colocava em risco, além da roça, a barraca e seus pertences. Posteriormente, quando se esparramaram pela fazenda, esse foi um dos fatores principais que nortearam o local de moradia dentro do lote.

do feijão bala, elemento gravado na memória coletiva da luta:

*o governo dava uma cesta básica pra nós, que era o quê: dois quilos de feijão bala, que era tão duro e tão velho que você podia deixar três dia de molho e três dias na panela que não cozinhava, 10 quilos de arroz quirela, um quilo fubá cheio de lagartinha, e uma lata de óleo, o melhorzinho, sal e macarrão. Já pensou famílias com 10 filhos sustentar com isso? Nós tivemos que plantar.*

Decidiram então se transferir para a beira do córrego Confins. Ali, definiram uma área onde seriam erguidas novamente as barracas. Nessa fase do acampamento, as barracas de todos os acampados eram juntas para a garantia da defesa e segurança dos acampados (indicado no mapa 2 pelo local B e onde hoje é Área de Reserva Legal), pois era constante a presença da polícia e de jagunços a mando de fazendeiros nos arredores do acampamento para reprimir os, então, era recomendado que só andassem e trabalhassem em grupo. Foi assim que recomeçaram a preparar a terra para a roça ao longo de uma faixa de 7 quilômetros de comprimento nas duas margens do córrego Confins, onde demarcaram as *rocinhas*, áreas destinadas ao plantio de cada família (indicado no mapa 2 como o local C). Outro espaço foi preparado para o plantio do arroz nas vargens do Confins, área entre a margem e o leito do córrego, cultivo que era bastante comum na região (indicado no mapa 2 como o local D).

Ao detalharem sobre como era a organização do trabalho e o espaço das roças durante o acampamento, ficou claro que existe uma variação da organização da força de trabalho das famílias nos diferentes momentos do ciclo agrícola, dependendo da intensidade de trabalho que cada um exige, e que isso



A área foi escolhida com critério. Os invasores pescam à margem do rio Urucuia e estão prontos para a resistência

sem-terra do acampamento da fazenda barriguda no rio urucuia. fonte: arquivo CPT

acaba por definir a organização do espaço produtivo.

O preparo da terra, por ser uma etapa mais árdua e trabalhosa, era feita conjuntamente por vários acampados em uma área extensa. No período da *meia*, essa etapa muitas vezes também era feita por várias famílias. Primeiramente, era necessária a derrubada de parte da mata das margens do córrego, que era feita com machado e facão, o que permite o reflorestamento natural pela própria mata.

Em seguida, era feita a capina e a aragem do solo<sup>4</sup>. Era necessário um planejamento conjunto para a demarcação das *rocinhas*, pois, a partir da etapa seguinte, de plantio, as áreas seriam divididas entre as famílias. Ao serem perguntados se existiam famílias que se organizavam em grupos maiores para cuidarem conjuntamente do mesmo plantio, os assentados disseram que existia um grupo maior e alguns que trabalhavam em dois parceiros, mas que esse tipo de organização não era o mais comum. Prevaleceu a organização de produção individual familiar e essa determinou a organização do espaço. As *rocinhas* eram emendadas uma à outra ao longo das duas margens do Confins, não existindo cerca as delimitando, mas havia uma demarcação de divisão combinada entre as famílias de *rocinhas* vizinhas.

Com as *rocinhas*<sup>5</sup> demarcadas, iniciava-se o plantio. A partir da disponibilidade de terra nas margens do Confins e da quantidade de famílias no acampamento, os acampados definiram que cada *rocinha* teria em torno de 50m<sup>2</sup>. Os gêneros que seriam cultivados eram definidos por cada família ou grupo de acordo com suas demandas alimentares, mas era comum cultivarem

4 Hoje, a maior parte dos assentados ara o solo utilizando com trator. Eles incorporaram a utilização de alguns maquinários simples na produção, como motores, bombas, moedores, o próprio trator. Isso diminui a demanda de trabalho nas etapas mais trabalhosas e tem influído na necessidade do trabalho conjunto, o que reflete na sua sociabilidade enquanto grupo.

5 As *rocinhas* eram espaços homogêneos com mesma área e característica porque ainda não eram a unidade de produção familiar. Outra forma de perceber isso é que eram espaços produtivo distantes do espaço de moradia.

milho, feijão e hortaliças. A depender da trajetória de cada família antes do acampamento, é provável que, para várias delas, a *rocinha* tenha sido a primeira produção agrícola que foi integralmente determinada e incorporada por elas mesmas, ou seja, as famílias puderam escolher quais cultivos plantar e não eram obrigadas a dividir a produção com alguém.

Por fim, era feita a colheita, que era geralmente realizada por quem fez o plantio. Caso essa etapa exigisse mais trabalho do que a família poderia executar, ou se fosse necessário colher rapidamente, era comum existir a ajuda de outras famílias. Essa ajuda geralmente consistia em trocas de diárias de trabalho, às quais a família que recebeu a ajuda ficava comprometida a retribuir. Vários entrevistados relataram a colheita de grandes quantias de arroz e a ajuda mútua necessária na colheita desse grão, correndo o risco de perder parte da produção não fosse a ajuda de outras famílias.

Na primeira etapa, no preparo da terra, o trabalho era mais árduo e conjunto, executado em grandes grupos e em uma grande área. É interessante observar que a demarcação das roças de cada família ocorreu somente depois dessa etapa, o que pode indicar uma tentativa de equalizar o trabalho de todas as famílias na etapa mais trabalhosa, na medida em que, certamente, cada uma tinha uma capacidade de trabalho distinta (eram formadas por quantidade diferente de pessoas e com rendimento de trabalho também distinto). Na segunda etapa, que abrange o plantio e os cuidados gerais até a colheita, o trabalho retomava à forma organizativa sob a unidade produtiva, a família. Isso refletia na organização do espaço produtivo, na medida em que, a partir de então, eram demarcadas as *rocinhas*. Por fim, na colheita, mantinha-se a



local onde foi o acampamento, hoje, reflorestado

família como força produtiva principal, mas como nessa etapa geralmente há uma elevação da demanda de trabalho necessária, o que pode levar à perda de uma parte da produção (o que significa o desperdício de trabalho executado), utilizava-se da ajuda de outros acampados. A organização do trabalho, portanto, acompanha dois fatores principais: a estrutura interna da família, pois é a partir dela que se organiza a força de trabalho; e a sazonalidade do ciclo agrícola, que exige quantidades diferentes de trabalho em cada etapa. A ajuda funciona como um mecanismo de manutenção da unidade produtiva familiar que evita prejuízos que podem ocorrer na colheita de uma família. Esse mecanismo é estabelecido conjuntamente, na medida em que cada família que recebe a ajuda fica comprometida a retribuí-la à família que lhe ajudou, quando esta precisar.

O ano de 1997 é recordado com satisfação pelos assentados devido a sua *fartura*. A colheita foi tamanha, tanto das *rocinhas* como dos plantios de arroz, que, quanto a estes, bateu o recorde de colheita de Buritis. Com a grande quantidade de milho, os acampados organizaram uma festa da colheita, chamando a população local para apoiá-los, na busca de contestar a imagem depreciativa que alguns fazendeiros colocavam sobre o acampamento, e demonstrando a capacidade organizativa e produtiva dos sem-terra. As colheitas das *rocinhas* proporcionaram trocas e vendas dos sem-terra com a sociedade envolvente, e foi quando muitos adquiriram suas primeiras vacas de leite. Nesse período já foi possível que os acampados obtivessem um excedente, uma quantia de produção maior do que a *despesa*, que puderam vender ou trocar por outros produtos, incrementando e aumentando a própria produção interna.

*em 1997, nós batemos o recorde [da colheita do arroz] do município. Em Buritis tinha quatro máquinas de arroz, hoje só tem uma porque ninguém planta mais arroz. Mas nós abastecemos todas as quatro. Aqui só via carro chegando e saindo que era os vizinhos fazendeiros, pessoal que morava na cidade e que vinha comprar o nosso arroz, que era mais barato. De milho (...), um fazendeiro do Ceará, na época tava seca braba, só ele deve ter levado uns quinze caminhão, cada com 300 sacos de milho. E fora o que ficamos pra nós<sup>6</sup>.*

A *fartura* possibilitou a troca e a venda do excedente com a sociedade envolvente, chegando a até venderem para um fazendeiro do Ceará, o que mostra a amplitude que a produção pôde atingir. A grande produção deixou clara a capacidade produtiva dos sem-terra: mesmo sem nenhum incentivo ou incrementos tecnológicos modernos, produziram em área de uma grande propriedade de terra, até então, não utilizada produtivamente. A *fartura* de 1997, assim como o *feijão bala*, é parte da memória coletiva da luta na fase de acampamento e o êxito do trabalho nas *rocinhas* nesse ano fortaleceu a luta pela terra não só em Barriguda, mas em toda região. Nesse momento ocorreu um movimento interno dos sem-terra, pois parte saiu do acampamento de Barriguda e retornou aos seus municípios para organizar outros acampamentos, e parte entrou, as mães e filhos dos acampados que permaneceram em Barriguda.

No processo de ocupação do território também é relevante o princípio que o trabalho ocupa na ética camponesa, como se ele constituísse um direito sobre a terra na qual se trabalha. O processo de trabalho, enquanto “culturalização” ou adaptação da natureza, além de construir as *rocinhas* e garantir o mantimento

6 O arroz era um cultivo muito comum na região. Todos os entrevistados já fizeram seu plantio, que necessita de água em abundância – por isso seu local de cultivo era na vargem do Confins. Depois de colhido, era necessário limpar o arroz (tirar a casca). Antigamente, na meia, os entrevistados dizem que isso era feito manualmente no pilão, até que chegaram as máquinas de limpar no município. Contudo, era cobrado um valor, e como os acampados obviamente não tinham esse dinheiro, metade da colheita ficava com o dono da máquina, como se fosse na meia.

necessário à resistência no acampamento, também marca o domínio sobre o espaço que os sem-terra reivindicavam como seu<sup>7</sup>.

A abundância da água, meio de produção fundamental à produção agrícola, também foi responsável por permitir a *fartura*. A disponibilidade de água e a regularidade das chuvas no *tempo das águas* certamente foram fatores que garantiram o sucesso da produção agrícola durante o acampamento. Por outro lado, indicava que a pesca traria muitos peixes e que complementaria a alimentação.

A articulação de uma Escola logo no início do acampamento, em 1996, foi uma demanda organizada pelos próprios sem-terra frente ao descaso do Município. A criação desse espaço foi significativa para trazer e manter as mães e os filhos no acampamento, já que a distância até as escolas localizadas no núcleo urbano de Buritis e a ausência de transporte tornariam praticamente impossível sua permanência. Inicialmente, funcionava da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série e os professores eram do próprio acampamento. Nesse modelo, a Escola reafirma a vinculação entre espaço produtivo e espaço doméstico, característica do campesinato, pois a família tem mais condições de permanecer unida no acampamento. Marca-o também como um espaço de formação, conscientização e integração dos próprios sem-terra no território que reivindicam, o que é muito significativo para populações à margem do modelo de sociedade hegemônica.

Superada a instabilidade inicial, a produção das *rocinhas* foi crescendo e, como era uma encostada na outra, foi existindo a necessidade de aumentar o espaço para produção. Com mantimentos temporariamente garantidos e

<sup>7</sup> Woortmann; Woortmann (1997).

a diminuição do risco de repressão pela polícia e jagunços, no ano seguinte os acampados decidiram conjuntamente que poderiam *esparramar* o acampamento pela fazenda, dando autonomia para a organização individual familiar, e, assim, transferir o local da barraca de cada família pra mais próximo do seu local de produção<sup>8</sup>.

8 A organização espacial em que o espaço de produção e o espaço de moradia são o mesmo no assentamento rural, não é consensual. O Incra e o MST propõem também a organização em agrovilas, na qual há um núcleo residencial separado dos locais produtivos (MICAELO, 2017).

## a fase do parcelamento

Em 1998, os acampados decidiram *esparramar* o acampamento pela fazenda, dispersando as barracas que ficavam inicialmente todas juntas por motivo de segurança dos ocupantes. As razões da mudança decorreram principalmente de necessidades produtivas: a aproximação do local de moradia em relação ao local de produção, na busca de diminuir o tempo gasto diariamente com os deslocamentos até as rocinhas, que podiam estar a uma distância de até 7 quilômetros do núcleo do acampamento<sup>9</sup>; e a ampliação da dimensão das *rocinhas*, como esclarece a assentada:

*só aqui dentro já mudei 5 vezes de lugar, uma hora a água, outra hora a roça. Porque quando foi crescendo, é assim: a roça dela foi crescer, entrou na sua. A sua tinha que crescer, entrou na minha, era tudo encostado uma na outra.*

Como as *rocinhas* eram encostadas umas na outras, elas poderiam chegar a entrar nas vizinhas conforme os acampados conseguissem ampliar sua produção agrícola. As *rocinhas* não eram divididas por cercas, mas existia uma demarcação de divisão que cada acampado estabelecia com seu vizinho. Com

9 “Saímos do acampamento e fomos pros locais onde plantava roça. Por exemplo, acampamento é aqui, eu toco roço daqui 1,5 km, então houve autorização da assembleia pro pessoal mudar pra área de roça. Então praticamente acabou o acampamento. O pessoal *esparramou* dentro da área pra se fixar nessas roças e não perder tempo pra ir e voltar da roça. (...) nesse intervalo nós trabalhamos dessa forma: um tempo no acampamento tocando roça na distância, o outro ano já mudando pra área de roça, e depois mudando da área de roça pra dentro do lote que foi marcado definitivamente depois de 9 anos.”

a chegada das mães e filhos ao acampamento, proporcionado pela construção da Escola e pela própria *fartura* obtida, as *rocinhas* se tornaram um espaço limitado para as necessidades de consumo renovadas e maiores dos acampados. Se tornou, então, necessária a reorganização para a ampliação desse espaço. Na realidade, as necessidades produtivas fizeram com que, ao longo das diferentes fases de formação de Barriguda, os assentados mudassem diversas vezes seu local de permanência<sup>10</sup>.

Inicialmente a água era o fator que mais influenciava a escolha do espaço: por um lado, era necessário estar próximo desse recurso devido à necessidade de estabelecer a produção; por outro, as enchentes dos rios eram perigosas e colocavam em risco não só os plantios, como o acampamento em si. Entre 1996 e 1997, os acampados conseguiram se organizar nas margens do Confins e obtiveram um ano de muita *fartura*.

Apesar de garantida a alimentação em um primeiro momento, os acampados ainda não tinham atingido uma estabilidade produtiva. Depois de garantido um abastecimento inicial, perceberam que para ter um aumento produtivo seria necessária a expansão da área das *rocinhas*. Isso exigiu uma reorganização do espaço produtivo, que se traduziu na dispersão das famílias pela área da fazenda. Pelas falas dos assentados sobre os diferentes momentos de ocupação da área, percebe-se que as escolhas espaciais são sempre pensadas como uma resposta das necessidades produtivas. Primeiramente, foi preciso que se estabelecessem próximo ao Confins, mas as necessidades produtivas foram se renovando e exigindo novas adaptações, pois as próprias *rocinhas* se tornaram espaços limitados.

10 Compreendendo que a crise hídrica é um dos fatores principais atualmente para a continuidade do processo de expropriação, ironicamente a água continua a ditar a permanência ou não dos camponeses em Barriguda.

É na constante busca do autossustento que os camponeses vão tomando decisões e se estabelecendo no espaço. E isso é uma questão permanente e que se renova ao longo do tempo, exigindo novas estratégias e adaptações. Como a assentada disse, “uma hora a água, outra hora a roça”. Pouco a pouco vão ajustando o espaço conforme suas necessidades, transformando a fazenda em um espaço camponês, antes mesmo de se tornar um Assentamento Rural frente à legalidade do Incra.

Ao se *esparramarem*, a decisão de cada família ganha importância em relação às decisões que eram tomadas coletivamente. A partir de então, a forma de ocupação do espaço é definida pela estratégia traçada por cada família e as áreas produtivas de cada uma ganham autonomia para se constituírem. As famílias podem, então, se incorporar ao espaço, processo necessário para a constituição de suas unidades produtivas<sup>11</sup>.

Ao escolher o novo local de ocupação, muitos continuaram, em um primeiro momento, próximos dos cursos d’água, seja o rio Urucuia ou o do córrego Confins. Mas logo foram obrigados a subir *em riba* para locais mais altos e se afastar dos rios, pois as enchentes voltaram a ocorrer. Isso alterou a localização da moradia e da roça dentro do lote e até das estradas que os interligam<sup>12</sup>.

Os locais que cada família decidiu se estabelecer são os mesmos em que estão até hoje. Isso porque foram eles mesmos que fizeram o projeto de loteamento do Assentamento e o sorteio das parcelas, levando em consideração as premissas que correspondiam às necessidades reais para sua fixação enquanto

11 “Internalização dos supostos da produção” Woortmann; Woortmann (1997) e Marques (2000).

12 Hoje, com a intensificação da estiagem, a localização das casas dos assentados permanece na parte do lote mais distante dos cursos d’água. Para entendermos isso, é necessário voltar ao período de fixação e incorporação das famílias no espaço, quando a falta de abastecimento de água não era uma questão.

unidades de produção. O projeto formulado pelos sem-terra tinha duas diretrizes principais: uma média de 40 hectares para todos os lotes, área bem acima daquela que o Incra estabelece nos seus projetos de parcelamento, e que todos os lotes beirassem um curso d'água, garantindo acesso permanente ao recurso. Um assentado nos esclareceu quais princípios adotaram ao conceber o projeto de parcelamento:

*partem a maioria [dos lotes] do Confins e a maioria do Urucuia para que todos tenham a acesso à água (...). Então ficou um negócio meio raiado, se você pegar a planta de Barriguda ela é meio um raio (...). Os únicos que ficaram sem acesso à água, que esse córrego [das Pedras] sempre seca, só na época das chuvas. Então só esses lotes aqui não têm acesso à água. A gente furou um poço artesiano aqui na área comunitária que abastece esses lotes (...). Não foi só essa proposta, teve várias propostas. Inclusive o Incra apresentou uma pra nós que foi totalmente rejeitada porque ia na água talvez 20% dos lotes. Aí o pessoal de cara não quis nem considerar aquilo. (...) O Incra queria fazer um projeto mais... uns lotes mais quadrado, mais retangular.*

Ao apresentar um projeto em que apenas a menor parte dos lotes chegavam aos cursos d'água, o Incra não correspondeu às formas de ocupação do espaço concebidas pelos sem-terra. Ao designar lotes mais retangulares para o loteamento, o Incra priorizou uma lógica racionalizada e abstrata de organização do espaço. A racionalização faz com que o Assentamento seja pensado como um espaço que tenha que suportar o máximo de lotes e, portanto, eles tenham que ter a mínima área possível; a abstração leva à apreensão do espaço de forma



família de assentados caminhando pelo plantio de arroz em barriguda, que abrangia uma área de dois hectares, em 2010



assentada mede a altura do plantio de arroz

quantitativa, neutra, o que faz com que o Assentamento Rural para esse órgão seja pensado como uma área inerte, uma quantidade de superfície a ser dividida em lotes, um cálculo de divisão visando a exploração econômica.

O projeto feito pelos camponeses se mostrou bem diferente e até mesmo oposto daquele apresentado pelo Incra, tanto no desenho, como nos princípios de organização espacial. Os camponeses consideram o espaço a partir de seus aspectos qualitativos, de seus usos, da interação com os recursos naturais necessários às relações de produção. O projeto do Incra está submetido às estratégias agrárias e ideológicas das políticas fundiárias e visa ao controle do espaço natural em benefício dos interesses econômicos. O Incra assimila o espaço e concebe o projeto de loteamento com o objetivo de assentar e os camponeses assimilam o espaço e concebem o projeto à medida que precisam constituir o autossustento da sua unidade produtiva.

Nos parcelamentos propostos pelo Incra para outros projetos, percebe-se que não há uma preocupação em compensar a diferença em relação aos recursos naturais, que necessariamente existirá, entre os lotes de um mesmo Assentamento, como o acesso ou não aos cursos d'água ou os solos de melhor ou pior qualidade ao plantio. Uma compensação, pensada para equilibrar as diferenças quanto às condições de produção, foi considerada pelos camponeses na medida em que eles têm uma apreensão qualitativa do espaço, que se manifestou, por exemplo, quando propuseram um poço artesiano para abastecer os lotes que margeiam o córrego das Pedras.

O parcelamento de Barriguda ocorreu somente nove anos depois da

entrada dos sem-terra. Apesar de ser a primeira ocupação na região, foi um dos Assentamentos que mais demorou para ter a fazenda desapropriada, o que só ocorreu em 2003, após diversas ações de reivindicação. Não era habitual que os sem-terra tivessem participação tão incisiva no projeto de divisão dos lotes. Por um lado, a precarização do Incra, por outro e principalmente, a luta e a pressão dos sem-terra para que os projetos de parcelamento sejam feitos conforme suas designações espaciais, fez com que o projeto que sem-terra conceberam fosse executado<sup>13</sup>. No sorteio das parcelas, processo mais necessário aos processos burocráticos, por ser feito pela própria comunidade, prevalece um combinado entre as famílias tendo em vista a incorporação que cada uma já está constituindo desde quando *esparramaram*: elas fazem o sorteio, mas trocam entre si os lotes sorteados e se acertam internamente.

Os lotes L1, L2, L3, L4, L5, L6 e L7 (indicados no mapa 3), que encostam no córrego das Pedras, não estavam inicialmente no projeto de parcelamento dos camponeses devido ao fato do córrego secar nos meses de estiagem. Também não existiam os lotes L67, L68, L69, L70, L71 e L72 (indicados no mapa 3) que ficam na área central do Assentamento. Eles foram inseridos no projeto posteriormente e um poço artesiano na área comunitária foi pensado para minimizar a falta do acesso direto a um curso d'água. Estes lotes que estão no meio do Assentamento, surgiram devido à forma como os sem-terra mediram a fazenda para calcular a quantidade de lotes que caberiam no Assentamento: utilizando uma corda, partiram de todo o perímetro do rio Urucuia e do córrego Confins, um contorno de quilômetros de distância, para fazer a medição da quantidade de lotes que caberia no projeto de parcelamento.

13 A precarização do Incra fez com que a própria comunidade assumisse os processos de parcelamento e o sorteio das parcelas, que “doam” o serviço ao Incra, na expectativa de agilizar os trâmites burocráticos.



assentada em meio ao seu plantio de milho,  
em 2010

Quando o Incra foi averiguar as medidas do projeto dos camponeses, a imprecisão era mínima:

*nós pegamos e medimos tudo na corda primeiro. A beira de rio cercando Urucuia e Confins pra ver se cabia nós sessenta e sete. (...) Quando o Incra veio medir com o agrimensor, você acredita que o que dava errado era como daqui à porta, por acaso? (...) De beira de rio saindo pra cá, pro cerrado, o ponto nós não identificava. Aí nós não tinha dimensão até onde que morria aqui (...). Aí quando eles foi medir aqui nós pensava que vinha mais em riba e às vezes cabou aqui. Por isso sobrou aqui 8 lotes aonde tem esse meu aqui. Nós não errou nada, é tanto que aonde nós tava, todo mundo ficou. É uma bença!*

Assim, Barriguda originalmente tem capacidade para 67 famílias e, depois de criados os lotes do meio e os que encostam no córrego das Pedras, passou para 76 lotes. Durante o parcelamento, 5 assentados excepcionalmente conseguiram dividir seus lotes em dois, algo incomum pois não é um procedimento permitido pelo Incra. Assim, compõem Barriguda os 81 lotes onde os assentados vivem e produzem, além do Centro Comunitário (35 hectares), a Área de Reserva Legal (967 hectares) e as Áreas de Proteção Permanente (406 hectares) do rio Urucuia, córrego Confins e o córrego das Pedras. No Centro Comunitário, hoje, funcionam uma Escola Municipal até a 8<sup>a</sup> série, uma quadra, a casa de leite e um cemitério.

Garantido o sustento inicial e passada a fase turbulenta do início do acampamento, marcada pela incerteza produtiva e pela falta de segurança dos

acampados, a vida das famílias foi ganhando normalidade. Puderam, então, separar suas moradias e seus espaços de produção, conquistando autonomia para uma relação individual mais estreita com o espaço, necessária para a constituição da unidade de produção. Isso não significa a dissolução da coesão coletiva, pelo contrário: a organização do grupo permaneceu forte, tanto que conceberam o projeto de loteamento, idealizando em conjunto as condições espaciais necessárias para cada família assentada se estabelecer.

## **a construção da unidade de produção no assentamento rural**

A questão principal do trabalho de campo era compreender como se dá a produção do espaço em Barriguda, segundo a organização dos espaços produtivos dos assentados. Ao entendermos como se dá a organização do processo de trabalho agrícola que eles desenvolvem no seu lote, percebemos que persistem os princípios que buscam a autonomia da unidade de produção baseada na força de trabalho familiar, e que não são combinados ou pré-estabelecidos entre as famílias, mas são práticas comuns por todas as unidades acessadas no trabalho de campo.

Como indicam as falas que remontam ao tempo da *meia*, esses princípios também eram norteadores da produção desses camponeses antes de serem expulsos do campo. Contudo, os assentados atravessaram um momento político durante o qual se contrapuseram diretamente àqueles que lhe retiraram os seus meios de produção: os grandes proprietários de terra. Organizados coletivamente e enquanto sujeitos políticos, formou-se um novo panorama, cujas bases já não são as mesmas do período anterior à expulsão do campo. As bases políticas e sociais sobre as quais se dão, hoje, as relações

entre os assentados não são as mesmas bases sobre as quais se davam as relações camponesas antes do assentamento. A trajetória engendrada durante a ocupação da fazenda e do acampamento estabeleceram novos vínculos entre os assentados, enquanto grupo. A história construída no processo da luta coletiva, por dentro, está sempre presente nas suas falas e se confunde com a história do espaço do assentamento. A partir do momento que retornaram ao campo na condição de assentados, as formas de constituição e manutenção da unidade de produção passaram a se basear em novos rearranjos sociais e estratégias.

Durante o trabalho de campo, percebemos uma realidade em que as formas de organização tradicionais camponesas se apresentam em transformação: um processo de desarticulação da força de trabalho familiar é, talvez, a principal dela. A maior parte das famílias presentes nos lotes são constituídas pelo casal titular e por um ou dois filhos que também moram e trabalham na unidade - algumas vezes esse filho se casou e já tem seus próprios filhos, o que indica que esse filho casado pode vir a ser o herdeiro da parcela. Essa situação é presente entre 3 dos 5 assentados entrevistados. Porém, há casos em que não moram no lote nenhum dos filhos dos titulares, ou que sua formação escolar seja prioritária que a participação no trabalho. Também é comum que o casal titular tenha restrições à execução do trabalho na terra, devido à idade avançada - a maior parte deles têm mais de 60 anos - e a limitações físicas ou dores crônicas.

Diferentemente, também, do período anterior, agora os assentados têm a posse da terra e da sua produção. Se, na *meia*, eles eram obrigados a se agregar ao proprietário de terra, agora eles não têm um patrão que os submeta a um

controle do trabalho. Por outro lado, têm que conduzir a unidade de produção, estabelecendo uma estratégia global dentro do seu lote e colocando-a em prática. É válido lembrar que a organização da unidade de produção é diferente da execução do trabalho agrícola, e que a organização da unidade envolve a noção de tempos de produção, incorporação de uma série de diferentes etapas do processo produtivo agrícola e articulação de diferentes espaços. Traçar a estratégia produtiva é como definir um *projeto*<sup>14</sup> sobre a natureza, função essa que cabe à família assentada. O camponês está, a todo momento, redefinindo e aperfeiçoando essa estratégia, de acordo com o próprio fazer<sup>15</sup>.

As relações com a sociedade envolvente, o meio urbano, se dão de forma mais intensa. No tempo da *meia*, havia um maior isolamento da família camponesa, que só ia aos centros urbanos para vender ou comprar produtos, sendo estes, os que sua unidade não conseguia produzir. Os assentados, hoje, têm um nível de integração ao urbano muito maior e, na verdade, praticamente todos estão retornando ao campo - mesmo que nunca tenham deixado de se identificar como camponeses -, contrariando o movimento de expulsão do campo em direção à cidade. O próprio engajamento político fez ser necessário sua integração com movimentos sociais, sindicatos, entre outras organizações especificamente urbanas. Os assentados, se não chegaram a morar na cidade, certamente sabem da sua realidade por meio de algum parente ou conhecido, e a negaram como modelo de vida.

Como já pontuado no capítulo 2, a presença do Estado, como intermediador dos conflitos agrários, também consiste em um novo elemento que atua no processo de formação do assentamento como um território

14 “O meio se torna deste modo um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas.” (CANDIDO, 2010)

15 Woortmann;Woortmann (1997) analisa o trabalho camponês como algo que se pensa ao mesmo tempo que se faz. Para além de um procedimento técnico, o processo de trabalho é uma práxis.

camponês na modernidade: por um lado, é um espaço reivindicado e em formação pelos camponeses, orientados por sua ordem social; por outro, é um espaço controlado pelo Estado moderno através do Incra<sup>16</sup>.

Nesse novo quadro, há uma mudança de relação entre a força de trabalho familiar e suas demandas de consumo e uma mudança quanto à influência direta do Incra, da sociedade envolvente e do mercado na organização desses camponeses enquanto assentados.

## **o autossustento da unidade e o excedente**

Dentre os princípios que orientam a organização da produção, dois ficam muito claros nas observações do trabalho de campo: a busca do autossustento da unidade e a produção do excedente. O primeiro, que a produção deva garantir primordialmente a *despesa*<sup>17</sup> da família, por sua vez, implica o segundo.

Os gêneros produzidos pelos assentados são, antes de tudo, destinados para seu próprio consumo. Isso caracteriza uma economia na qual a atividade econômica é orientada pela exigência da satisfação das necessidades da família, que é, ao mesmo tempo, a unidade de produção e a unidade de consumo. Isso não significa que os assentados não busquem a venda ou a troca de produtos, contudo, a produção visa, primordialmente, o sustento da unidade – ou seja, a satisfação das necessidades de consumo da unidade.

16 Segundo Marques (2000), a ordem social moderna define as categorias terra, trabalho e família como independentes uma da outra, como coisas explicáveis por si mesmas, e a noção de poder governa as ideias de ordem e hierarquia. Em contraposição, na ordem social camponesa, essas categorias se relacionam a valores morais e definem os princípios organizativos de hierarquia e reciprocidade. No Assentamento Rural, território camponês em formação, há o conflito entre essas duas ordens.

17 A *despesa* e as características da unidade de produção camponesa baseada na força de trabalho familiar foram baseadas na teoria de Chayanov e foram explicadas no capítulo 1.



a organização interna dos cultivos da horta também é planejada pelo assentado

Quando perguntamos para uma assentada sobre qual a destinação principal da produção dos assentados de Barriguda, ela nos disse “a gente, que planta pouco, planta é pro consumo. Às vezes não tem o de vender, mas só de não ter que comprar né?”. Somente o que excede a *despesa* – ou seja, o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho da unidade – é destinado à venda. A renda que provém desse excedente é reaplicada na própria unidade de produção, na busca de garantir um maior grau de autonomia produtiva, e por isso a chamaremos de renda complementar – ou seja, a renda obtida com a venda dos produtos que excedem o consumo pela família e que, transformados em dinheiro, servirão, igualmente, à unidade.

É comum perceber que há, por parte dos camponeses da região, um estranhamento em relação aos produtos comprados que vêm de fora, que são produzidos somente para o mercado, situação que demonstra a predominância do caráter interno da economia dos assentados. Há uma impressão de que são alimentos mais fracos, com menor sabor, e o desconhecimento do seu processo produtivo coloca uma desconfiança por parte desses produtores. Eles valorizam o consumo daquilo que é produzido por eles mesmos:

*a gente cria galinha pras despesa, os porcos pra despesa. A gente não compra não. Tudo é nós que cria. O povo fala que é melhor pra saúde né. O porco nosso gasta um ano pra ficar daquele peso, e eles [se referindo aos grandes criadores de porcos] com três meses, fica. A galinha também, nós gasta seis meses pra criar um frango e a franga botar, e eles [se referindo à grandes empresas granjeiras] cria é com 60, 40 dias. Tanto que a carne do frango e do porco, ela é muito mais gostosa o que a gente come aqui.*

Entre todos os assentados há uma variedade em gêneros em sua produção agrícola. Em nenhum lote encontramos a especialização da produção, pelo contrário, a preocupação da família é de sempre garantir a maior diversidade possível de produtos agrícolas no seu lote. Isso novamente se traduz na organização do espaço: cada lote é formado por uma diversidade de locais de produção, construídos de acordo com sua finalidade na unidade de produção. O caráter qualitativo predomina na economia camponesa em relação ao quantitativo, e, portanto, o uso proporcionado por um gênero, como alimento, medicamento, etc., não é facilmente substituível por outro. Isso não significa que haja uma uniformidade entre as diferentes produções que existem no mesmo lote: os assentados definem uma ou mais atividades produtivas como aquelas que têm mais condições de gerar produção de excedentes para a unidade. Contudo, isso não significa que esta atividade seja dominante e que as outras produções se subordinem a ela. Pelo contrário, a família *projeta* a organização do trabalho de forma a adequar entre si as produções, sempre na busca de manter o equilíbrio interno da unidade produtiva, de forma que o sistema como um todo sustente a atividade que pode gerar o excedente.

No trabalho de campo foi possível observar que, apesar de serem desenvolvidas atividades agrícolas semelhantes entre os assentados, cada unidade de produção tem sua organização e estratégia produtiva própria. Os principais fatores que contribuem para essa diferenciação estão relacionados às condições produtivas de cada lote, e se relacionam<sup>18</sup>:

- ao tamanho e qualidade da terra recebida, assim como às condições de acesso à água;



o galinheiro de um assentado, feito com ripas de madeira



galinheiro de uma assentada, utilizando a madeira em seu aspecto natural

- perfil do chefe de família: formação, nível técnico, vocação agrícola, talento para negociar, etc.;
- tamanho e estágio do ciclo da vida da família<sup>19</sup>;
- nível de “capitalização” quando da entrada do lote, ou seja, a existência de recursos previamente acumulados<sup>20</sup>;
- existência de outras formas de obtenção de rendimento além da atividade agrícola.

Percebemos que há uma tendência para que a prática da criação de bovino leiteiro seja a atividade com maior possibilidade de gerar excedentes na região, pois “o leite você tem ele todo mês, igual um salário”. Na pesquisa quantitativa que Santos (2016) aplicou no Assentamento Barriguda, 4 das 7 famílias (57%) tinham a criação de bovinos como principal atividade produtiva<sup>21</sup>. O autor identifica que o leite predomina entre os assentados, do ponto de vista da produção e comercialização, e que a empresa Laticínios Buritis domina o mercado regional, ditando o preço do produto.

19 Se refere à composição (número de filhos), à idade dos membros, que vai variando com o tempo e alterando as características da produção e do consumo da unidade. (CHAYANOV, 2014)

20 Se refere à existência de poupanças iniciais e meios de produção como ferramentas.

21 O estudo de Santos (2016), sobre os impactos da produção do Assentamento Rural Barriguda na sociedade local, complementa esse subcapítulo pois ele analisa o mesmo Assentamento e é uma pesquisa muito recente. Fazendo uma correlação com as definições que estão sendo adotadas nesse estudo, o que Santos (2016) considera como “principal atividade produtiva”, aqui é dita como a que gera o excedente para a unidade de produção.

Um dos motivos identificados que levam à tendência de produção do leite como atividade que gera o excedente é a intensificação da estiagem. A alteração da precipitação de chuvas nos últimos anos na região torna incerto a irrigação dos cultivos das roças e sua produtividade, chegando ao ponto de prejudicar até mesmo a garantia da *despesa* dos produtores. Dessa forma, a criação aparece como uma renda complementar mais certa para eles. Para a garantia da produção do leite, a questão que se coloca é a alimentação do gado: é necessário que nunca falte alimento para que o animal produza leite constantemente, porém, o preço da ração no mercado é alto para o rendimento

dos assentados. “Tá muito caro o *silo*, e se a gente tivesse que comprar? Uma carreta de *silo* é 200 reais. Qualquer rocinha dá, e o trabalho é menos! Hoje em dia o povo fala que a gente só quer o mais fácil, mas o mais fácil não tá tão fácil assim!”. A solução, novamente, vem de dentro do lote. Todos os assentados entrevistados que vendem leite produzem o alimento do animal de duas formas: através do plantio de pastagem no *tempo das águas*, entre novembro e abril, e da prática do processo de *silagem* durante a *seca*, entre maio e outubro, na qual é necessário o cultivo de uma espécie específica de capim ou milho para fermentação<sup>22</sup>. Portanto, todos os assentados que criam gado leiteiro também praticam o plantio de pastagem e esse capim e/ou milho no lote na unidade. Apesar de ser a atividade criatória a geradora do excedente, os plantios que garantem seu alimento são tão importantes quanto ela dentro do equilíbrio da unidade: não são atividades hierárquicas entre si. O criatório pressupõe um sistema interno de produção; desfeito o sistema, o equilíbrio da unidade se colocam em instabilidade<sup>23</sup>.

Um outro fator que pode influenciar na escolha sobre qual atividade irá gerar excedentes é a composição da força de trabalho familiar disponível. Três, das cinco famílias de Barriguda que foram entrevistadas, têm, na criação bovina, a geração da renda complementar. São as famílias nas quais os filhos dos assentados trabalham na unidade, somando força de trabalho ao casal titular. Nas outras duas famílias, ou os filhos são ainda muito jovens para trabalhar na unidade, ou não vivem no lote, de maneira que seu excedente vem da venda de produtos agrícolas ou do trabalho externo, o que pode indicar correspondência.



processo de *silagem*: o capim ou o milho são colocados sob lona e terra para fermentação durante o período da seca, tornando-se alimento para a criação.

22 Sobre a organização e os diferentes espaços das unidades de produção camponesa no Urucuia e sua relação com os ciclos hídricos e climáticos da região, ver Bianchi (2018).

23 Woortmann; Woortmann (1997).

Na produção camponesa familiar, tratando-se de um processo de trabalho agrícola que se realiza em consonância ao meio natural, por meio de produções que se adequam às qualidades do solo e às características pluviométricas da região, o trabalho é planejado e executado em conformidade aos aspectos naturais do bioma Cerrado e do ciclo hídrico típico da região. O ciclo hídrico, marcado por duas “estações” bem distintas em relação à regularidade da precipitação ao longo do ano, o *tempo das águas* e a *seca*, comanda diferentes ritmos e intensidades de trabalho durante o ciclo agrícola, necessários para obter garantir a produção.

O ciclo hídrico da região influencia diretamente na estratégia produtiva dos camponeses. No caso dos assentados entrevistados que criam gado leiteiro, no *tempo das águas* – que, atualmente, ocorre entre novembro e fevereiro, quatro meses do ano - eles se dedicam ao plantio de pasto, milho e/ou capim para aproveitar as chuvas e garantir o alimento dos animais durante a *seca* – que, atualmente, ocorre entre fevereiro e novembro, 8 meses do ano -, quando não há possibilidade de irrigação. Caso contrário, os assentados correm o risco de não ter alimento para o gado e perderem a renda que provêm do leite nos meses sem chuva.

A tarefa de traçar uma estratégia produtiva eficaz, com poucos recursos econômicos e que garanta o autossustento da unidade produtiva, exige uma incorporação ao do bioma Cerrado e às variações do clima e do ciclo hídrico típicos do Urucuia. Essa estratégia tem que permitir, ainda, uma maleabilidade para prováveis imprevistos, como pragas, doenças que podem atingir os animais, falta de um dos membros da força de trabalho,

um período de estiagem mais longo e até a queda dos preços do produto no mercado. A assentada nos disse:

*plantar pra vender não dá lucro. Pra você ver, nós vendia uma saca de 60kg [de arroz] pra comprar dois pacote de 5 kg [de arroz], cansei de fazer a conta lá em casa! Até o povo da cidade, o comércio, começou a aproveitar de nós também. Falou: vocês tão colhendo muito, é isso? Nós vamos tomar dele é quase tudo de graça!*

Na sua fala fica claro que é na troca com os agentes externos, o mercado capitalista, que se cria essa equivalência, que só pode ser compreendida com a inserção de uma renda extra: a renda da terra que se une ao produto camponês no momento da venda, e que é apropriada pelo capital comercial. Contudo, as relações de produção e o processo de trabalho que deram origem à esse produto não são submetidos à lógica do capital. A produção da renda se dá no momento seguinte, através da troca<sup>24</sup>.

Os comerciantes reduzem o valor dos produtos camponeses, aumentando a dificuldade para os produtores que dependem da venda no mercado. Um produtor pode ter planejado tirar um determinado lucro da sua produção quando iniciou o plantio, mas as variações dos preços podem mudar, chegando à correspondência em que 60 quilos de arroz que produziu seja equivalente a 10 quilos de arroz no mercado. Para os produtores camponeses, não está escondido o real valor produzido pelo seu trabalho e o lucro que atravessadores e comerciantes tiram sobre o produto na venda.

O Incra e as instâncias estatais também têm grande responsabilidade nessa realidade, pois é praticamente nulo o incentivo que oferecem diretamente

24 Como foi analisado no capítulo 1 através da leitura de Martins (1995).



terreiro da assentada, com espaços produtivos mais delimitados.



terreiro do assentado, com espaços mais integrados. cada unidade de produção tem sua organização espacial.

à produção da agricultura familiar. A ausência da manutenção da infraestrutura de acesso nos Assentamentos Rurais – das pontes e das estradas de chão –, que é de responsabilidade do Município, prejudica que os assentados se tornem fornecedores diretos de sua produção, o que impediria que os lucros ficassesem na mão dos atravessadores. Segundo a pesquisa de Santos (2016), em que perguntou aos assentados onde sua produção excedente é comercializada, 5 dos 7 assentados vendem na sua casa (71%), e 4 dos 7 (57%) vendem aos atravessadores, agroindústria ou cooperativas, ou seja, nesse último caso, seus produtos não chegam diretamente aos consumidores.

Esclarece-se, de uma outra perspectiva, a busca do autossustento da produção familiar: o próprio mercado, ao oferecer um valor muito baixo pela sua produção, no momento da compra, incentivam que os assentados organizem sua produção de maneira a depender em menor grau possível do mercado e do Estado. Santos (2016), apresenta um dado que indica a tendência ao autossustento da produção: a renda de 5 das 7 famílias (71%) provêm do seu lote.

Mesmo nessas condições adversas, muitos assentados obtêm uma renda complementar a partir da venda de suas produções, mesmo que de forma instável. As trocas e vendas com a sociedade envolvente são recorrentes desde o período do acampamento: na fartura de 1997, nos relataram as diversas vendas e trocas de arroz e milho, inclusive com fazendeiros e com a sociedade local, por meio da festa da colheita que ofereceram em apoio à luta, da troca dos produtos das *rocinhas* pelas primeiras criações, etc. Santos (2016) também verificou que 6 das 7 (86%) famílias têm seus produtos comercializados na região, direta

ou indiretamente, o que demonstra que, apesar dos enfrentamentos e dos inúmeros desafios, a Reforma Agrária ainda se mostra uma alternativa para a melhoria das condições de vida desses agricultores.

Quando não conseguem, geralmente são obrigados a procurar trabalho externo nos períodos do ciclo agrícola que exigem menos trabalho. A renda complementar funciona de duas formas: como um complemento da produção da unidade, na medida em que é utilizada para comprar produtos que o assentado não consegue produzir; ou é reaplicada na própria unidade, na tentativa de garantir o equilíbrio econômico da produção e de diversificá-la. Por exemplo, uma das assentadas acessadas gera seu excedente pela venda do leite, mas tinha recentemente construído um pequeno tanque para criação de tilápias no seu lote. Ela ainda estava iniciando a criação e por enquanto só servia para sua *despesa*, mas seu objetivo era conseguir ter peixes o suficiente para vender. A renda gerada com o excedente volta para a unidade, a fim de assegurá-la. Portanto, é utilizada segundo a lógica camponesa, que tem por objetivo a satisfação das necessidades familiares, e não segundo a lógica do capital.

Voltando à constituição da unidade de produção pelos assentados, para uma das assentadas, a obtenção do excedente provém dos legumes, verduras e hortaliças que ela cultiva. Porém, sua dificuldade é maior em relação aos produtores de leite, pois sua produtividade é irregular ao longo do ano e não está garantida, na medida em que a irrigação da roça não está assegurada. Isso demonstra as dificuldades dos produtores em se tornarem fornecedores de alimentos para a região. A presença de atravessadores submete os produtos

camponeses aos baixos preços, tirando a visibilidade da Reforma Agrária e da agricultura familiar e atribuindo-a aos que realizam a venda aos consumidores.

Alguns assentados conseguem fornecer seus cultivos para escolas de Buritis, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>25</sup>, que realiza a compra diretamente com o produtor, evitando atravessadores e a transferência da renda para quem não produziu. Outra vantagem é que o PNAE compra diretamente de vários produtores rurais locais, assim, cada produtor não precisa se comprometer a manter uma alta produtividade durante todo o ano. Essa forma de fomento à agricultura familiar, por se tratar de um incentivo que compra diretamente do produtor, se mostra mais efetiva do que os modelos de financiamento propostos pelo Incra. Na visita a uma das assentadas, o cultivo que ela estava fornecendo ao PNAE era o principal legume presente em suas refeições naquele momento, o que indica a relação entre *despesa* e excedente e a preponderância do primeiro sobre o segundo.

Ela, assim como todos os assentados, obtém a água para uso doméstico e para irrigação através de poços artesianos, que cada assentado perfura no seu lote. Os assentados acabam não utilizando a água dos rios, devido à distância em relação à moradia e à própria escassez da água dos cursos d'água. Até 2005, quando a disponibilidade de água ainda não era um problema, os assentados disseram que era comum terem cisternas, que eram basicamente poços artesianos bem mais rasos. A partir de então, tiveram que atingir profundidades cada vez maiores para conseguirem acessar a água subterrânea. A consequência é que hoje o gasto com a perfuração do poço artesiano é bastante alto em relação ao rendimento dos assentados e eles não podem dispensar essa forma de obtenção

25 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional, reservando pelo menos 30% dos seus recursos para a compra direta da agricultura familiar, com dispensa de licitação (FNDE, 2016).

26 Durante o trabalho de campo, um casal de recém assentados de outro Assentamento Rural em Buritis comemorava a perfuração do poço no seu lote, que teve que atingir 90 metros de profundidade pra acessar a água. Os custos só pela perfuração foram de 900 reais, sendo que ainda tinham que comprar a bomba para transportar a água.

da água, que é uma das únicas formas de realizar o abastecimento do lote<sup>26</sup>.

Passamos o dia no lote da uma das assentadas e foi clara a existência de um sistema produtivo a partir de seu trabalho, que articula a produção entre todos os espaços da unidade. Utilizando duas bombas e mangueiras, ela transporta a água até os espaços produtivos: a água vem do poço artesiano até uma primeira caixa d'água; uma outra bomba transporta essa água, por meio de mangueiras, até uma segunda caixa d'água, que abastece sua casa e a horta, onde ela irriga diariamente seus cultivos. No seu terreiro, as galinhas e os patos se alimentam das sementes do milho, deixando várias espigas espalhadas, que são recolhidas e utilizadas no chiqueiro e no curral, para alimentar os porcos e suas três cabeças de gado. Do chiqueiro, ela recolhe o esterco dos porcos para reutilização na horta, como espécie de adubo para fortalecer os cultivos de alho antes da colheita. Poupar recursos é um componente central de todo o cálculo da produção<sup>27</sup>. A unidade espacial é construída no processo de trabalho da assentada, ao fazer do seu lote uma unidade produtiva. A unidade não é um sistema dado, mas, sim, construído pelo camponês em consonância com a natureza.

A organização da unidade de produção a partir de suas formas organizativas características é feita por meio dos esforços por parte dos assentados. Na constante busca da autossustento, têm que definir estratégias e quais passos são os prioritários, correndo o risco de perder produções, que podem colocar em risco o equilíbrio interno. O autossustento da unidade mesmo que nunca tenha existido de forma absoluta, principalmente devido à atuação do mercado e da sociedade envolvente, corresponde a um modelo ideal



assentada *quebrando* o milho.

27 Woortmann; Woortmann (1997).

que o assentado busca, ao produzir. As transformações espaciais planejadas e praticadas pelos assentados ao longo do tempo contemplam a manutenção dos princípios norteadores que buscam o autossustento da unidade e também a adequação de sua produção excedente às pressões do mercado.

### **atuação do Incra: descompasso entre o assentamento e o rural**

Sempre que perguntávamos aos assentados “de que forma se deu sua ocupação no seu lote?” ou “como você consegue se manter de forma autônoma enquanto assentado?”, foi constante nas respostas que nos eram dadas a influência do Incra na organização do espaço, na medida em que o Assentamento Rural é um espaço também definido pelas regras do Estado.

Os objetivos do programa de Reforma Agrária do Estado, segundo o Incra, é o estabelecimento da distribuição de terras, para promover a incorporação de famílias de agricultores sem-terra ao sistema econômico-social, e o aumento da produção das unidades agrícolas. Como principal instrumento, que se mostra de efetivação bem duvidosa, oferece créditos rurais que são dados logo no início da instalação das famílias, já com seus lotes demarcados, para que iniciem as atividades de produção.

Contudo, essa forma de incentivo se mostra incompatível com as formas de organização da produção familiar. Um assentado nos explicou:

*se eu pegar o valor do Pronaf A [em torno de 25.000,00 reais] e pegar um lote igual esse aqui de 20 hectares e eu pensasse “eu vou tirar um pouco de leite”, aí eu tenho que fazer um curral com esse dinheiro. Bom, mas se eu for tirar leite eu tenho que ter um pasto formado, um canavial, uma capineira, senão eles morrem de fome. Então, de qualquer maneira que você pensa em investir esse dinheiro na produção, você não consegue fazer, porque se você fizer um curral e plantar um pouco de pasto você não compra as vacas. Se você comprar as vacas e não fizer o curral nem o capim, você não tem como fazer o manejo. Então de todo jeito a conta não fecha. Depois de três anos de carência você tem que começar a pagar. Aí como você não produziu pra ter retorno, você não paga. Fica todo mundo inadimplente, antes de pegar você já sabe que vai ficar inadimplente.*

Inicialmente, houve uma mobilização de movimentos sociais e sindicais do campo para a construção de crédito rural aos pequenos agricultores e para a garantia de outros direitos, como assistência técnica, seguro agrícola e garantia de preços mínimos. Contudo, a modalidade de crédito não saiu conforme a discussão dos movimentos e houve a interferência direta de bancos internacionais, deixando claro a influência desses organismos nas decisões do governo<sup>28</sup>. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um “financiamento à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda e à melhora de uso da mão de obra familiar.”<sup>29</sup>. O que interessa aqui é que o financiamento é a principal forma adotada pelo Incra

28 Santos (2016).

29 Informação retirada no site do BNDES disponível no endereço: <<https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>.

30 A Instrução Normativa nº 97, de 17 de dezembro de 2018, que normatiza o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), deixa bem clara a forma de financiamento como o principal instrumento de sua política:

“Art. 2º, VIII - Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA - é o Programa que concebe a Reforma Agrária como política de desenvolvimento territorial e promove políticas de financiamento em todas as etapas de implantação e desenvolvimento dos assentamentos;”



a horta cercada para que as galinhas não  
cisquem



as galinhas ficam soltas no terreiro, mas  
o assentado queria inverter: as galinhas  
cercadas e as plantas soltas

para fomentar a Reforma Agrária. Porém, isso se mostra como uma política de beneficiamento do capital financeiro e não é efetiva para que os assentados se tornem produtores rurais segundo as próprias concepções do Incra<sup>30</sup>.

O que fica evidente ao observarmos a forma de estruturação do lote e da unidade de produção pelos assentados é que o espaço produtivo agrícola que será estabelecido abrange todo um ciclo produtivo. A constituição da unidade de produção e a produção do excedente, portanto, não são imediatas; baseado nos princípio de autossustento, devem buscar a garantia da *despesa* e a variedade produtiva. Os caminhos para isso exigem tempo e a construção de uma familiaridade com o espaço, que passam muito distantes das concepções do programa do Incra.

Aquele assentado nos deu outro exemplo: os custos da execução da cerca de arame liso, uma infraestrutura básica do assentamento usada para a divisão dos lotes, mas que é de responsabilidade dos assentados. O custo da mão de obra da execução desse tipo de cerca é de 2,50 reais por metro. Um lote em Barriguda tem, em média, 2.400 metros de perímetro, descontando o fundo, que acaba no curso d'água. Portanto, o preço da mão de obra equivale a 6.000,00 reais, sem contar o gasto com o material. Isso nos indica um outro tipo de conflito: pelas falas dos assentados também parece existir um esvaziamento da própria política do Incra, na medida em que muitas vezes nem os objetivos previstos pelo Programa de Reforma Agrária são cumpridos. Há uma idealização na concepção do Incra, pois o Estado distribui (insuficientemente) terras e não está preparado para a efetivação dos objetivos propostos pela própria instituição.

Um casal de assentados nos detalhou a liberação para a construção da sua casa:

*A1 - tem a terra e não tem dinheiro... é que nem a moradia, o Incra liberou \$3.000,00 pra fazer a casa, o que dá pra fazer? A2 - Sabe o que eu fiz com \$3.000,00? Eu comprei 4000 tijolos comum, 4000 tijolinho e essas telhas que tá aqui, e ainda tive que comprar mais pra poder completar pra fazer essa parte de cá [se referindo à área dos quartos]. Só daqui pra lá levantei, deixei no ponto de telha e só, mais nada. Não fiz piso, não tinha janela, vou pôr agora [instalação de alguns caixilhos]. (...) Fiquei no barraco ainda dois anos, até que comprei madeira e telha de cor [telha cerâmica], aí mudei pra dentro, com piso só no nosso quarto. Aí ficou nós e os meninos.*

*A1 - aí todo mês eu pegava o bolsa família e comprava um ou dois sacos [de cimento] e guardava.*

*A2 - foi devagar e sempre, até que, graças a Deus, nós tamo aí. E agora vai melhorar mais um pouco que essa semana nós vamos assentar essas portas e janelas.*

*A3 - agora pensa, quantos anos vem até agora e ainda tá terminando a casa...*

*A1 - e já tá precisando de reforma! [risos] Não terminou e já tem que reformar<sup>29</sup>*

Os recursos do Incra para a construção da casa mal viabilizaram a construção da parte dos quartos da casa desse casal. O restante do material para a construção da cozinha<sup>30</sup> e da área coberta que dá acesso aos cômodos foi obtido por conta da própria família, que continua implementando melhorias e complementos na construção. A construção de toda infraestrutura interna do

29 As nominações A1, A2 e A3 foram adotadas especialmente aqui e indicam as falas de assentados diferentes.

30 Muitos da região utilizam fornos à lenha de barro feitos na parte externa da casa. A construção da cozinha como um local fechado feito de alvenaria aparenta ser, geralmente, feita depois da construção da casa estar minimamente assegurada.

lote, que abrange tanto a casa, como os espaços produtivos, se mostra como um processo em continuidade.

Ao caminharmos pelo seu lote, ele nos explicou como organiza espacialmente suas produções: as galinhas ficam soltas pelo *terreiro*, onde estão espalhados vários pés de frutíferas que têm as folhas comidas por elas. A horta, onde estão verduras, legumes e hortaliças, ficam cercadas para impedir que as galinhas cisquem os cultivos. Contudo, nos disse que gostaria de adotar forma de organização espacial inversa:

*Se eu tivesse condições, eu não queria prender a planta. Eu queria prender a galinha. Mas pra isso eu tinha que ter condições de comprar no mínimo uns 15 rolos de tela. Porque galinha caipira presa não adianta, se você fizer um fechado pequeno ela não produz, não bota nem nada. Então eu queria fazer um cercado maior e deixar elas presas que podia ficar tranquilo.*

Ele preferia que as galinhas fossem criadas no cercado e as plantas da horta pudessem ficar soltas, como as frutíferas. Porém, faltam recursos para comprar tela o suficiente para fazer um grande cercado, e as galinhas acabam ficando soltas e comendo as frutíferas, que são prejudicadas por conta disso. Algumas frutíferas estavam infestadas por uma praga que ele não conseguia identificar e combater e ele disse que, se houvesse o acompanhamento da assistência prometida pelo Incra, isso provavelmente seria facilmente resolvido. Ele estava testando o plantio de cultivos de café pela primeira vez, na tentativa de não precisar mais comprar fora, ou seja, tornar sua unidade mais autossustentada<sup>31</sup>. Todos esses exemplos mostraram que, por parte do

31 O cultivo do café é especialmente interessante pois ele é um produto que deixou de ser garantido por praticamente todas as unidades, sendo substituído pela compra no mercado devido ao tempo bastante demorado de colheita, chegando a levar até 4 anos.

assentado, não falta planejamento para a busca da autonomia da produção da sua unidade. Os suportes dados pelo Incra para a estruturação do assentamento rural, ou são incompatíveis, ou são insuficientes para que o assentado se torne um produtor agrícola nos moldes que ele próprio concebe.

As construções estão em contínuo processo de andamento e o espaço produtivo é constantemente reorganizado e transformado pelos assentados na busca de melhorias. Esses contínuos aperfeiçoamentos por vezes encontram obstáculos e são adiados, como no caso da falta de recursos para compra de materiais. Uma outra assentada nos relatou uma situação muito parecido com o assentado anterior: ela mudou o local da horta no seu lote há pouco tempo, devido ao empobrecimento do solo do local anterior. Nessa transferência, ela gostaria de ter deixado mais espaço para a horta, mas para isso também necessitava comprar tela para fechar uma extensão maior.

Uma outra incompatibilidade entre as regras do Incra e a forma de organização da unidade se coloca sobre a reprodução da família camponesa. o Incra impede o fracionamento do lote, mesmo a pedido dos titulares da parcela para que possam instalar os filhos que já trabalham na unidade<sup>32</sup>. Nas conversas que tivemos com os assentados, percebemos que a rigidez da normatização do Incra sobre o espaço não corresponde à reprodução familiar da unidade, que parece considerar a estruturação do lote como vinculada a um modelo de família nuclear, o que tem dificultado a permanência dos filhos e jovens no assentamento

Com o desestímulo à permanência dos filhos, o Incra acaba por dificultar

32 O Incra só permite o fracionamento do lote em algumas ocasiões, mas nenhuma delas abrange as necessidades produtivas das famílias assentadas. Segundo a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, que normatiza o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

“Art. 8º Não será permitido o fracionamento de lotes da Reforma Agrária abaixo da fração mínima de parcelamento, exceto:

- I - se o lote estiver em área considerada urbana ou de expansão urbana;
- II - se o lote estiver inserido em agrovilas ou em área pararural;
- III - se o lote ou parte dele for destinado a instalações para fins de utilidade pública e prestação de serviços de natureza social ou econômica.”



casa da assentada com alvenaria aparente,  
em 2010



casa da assentada rebocada, em 2019

a manutenção da capacidade produtiva e a permanência dos próprios titulares. Para entendermos isso é necessário retomarmos o perfil dos assentados titulares que conhecemos em Barriguda: todos são compostos por casais que foram expulsos do campo na década de 1980, quando estabeleciam relações de parceria e que, hoje, têm idade avançada. Alguns são viúvos ou se separaram do cônjuge e praticamente todos têm mais de 60 anos. Muitos têm limitações físicas em decorrência do trabalho árduo que exerceram durante toda a vida, o que dificulta que, sozinhos, sustentem a unidade de produção.

Considerando que os assentados titulares têm vários filhos e netos, verifica-se ser pequena a quantidade de descendentes no assentamento. Os filhos que se mantêm na unidade são muitas vezes a principal força de trabalho da unidade, o que é recorrente devido à idade dos pais. É o caso de uma assentada, cujo marido faleceu quando estavam apenas começando a se instalar. Hoje ela tem muita dificuldade para trabalhar e, se não fossem dois dos seus dez filhos morando e trabalhando na unidade para cuidar da produção (mas, segundo ela, todos os dez ajudam) ela e a família certamente não estariam mais no assentamento:

*quando ele faleceu, eu falei que eu não voltava mais pra esse lugar. Achava que não conseguia vive aqui, só eu mais os meninos, ainda mais que os mais velhos tudo trabalha aqui no Buritis, e eu ia ficar só mais os três menor. Mas nesse tempo eu ainda tinha minha mãe, e ela falou “você vai porque o cumpadre sofreu tanto pra você adquirir aquele pedacinho de chão e só porque ele não tá você vai abandonar?”. No outro dia eu chamei os meninos e nós viemos embora!*

Sua fala fica claro a influência da agropecuária moderna local na absorção de força de trabalho de seus filhos, que poderiam estar no Assentamento. Na época, ela vendeu cinco das suas seis vacas e os filhos tiveram que trabalhar fora para que pudessem pagar o tratamento do marido. Restaram-lhes poucos recursos, mas o significado que a luta trouxe ao “pedacinho de chão” se mostra como um forte estímulo para que não abandonem Barriguda. Ela faz questão de que os filhos trabalhem e morem no lote, “pode encher minha casa de filho”, nos disse - posição que parece não ser consensual entre todos os assentados<sup>33</sup>.

A geração dos filhos dos titulares já é adulta. A maior parte sai do Assentamento para trabalhar na cidade ou nas fazendas da agropecuária, o que mostra que o processo de expropriação continua e também atinge os assentados. Segundo a pesquisa de Santos (2016), em média, há duas pessoas por família que trabalham na unidade de produção em Barriguda, o que configura um quadro de esvaziamento. Este fator, somada a outras possíveis dificuldades organizativas de cada família, atua diretamente na diminuição da sua capacidade produtiva e contribui a um movimento de abandono de lote. Entende-se que são vários os fatores que influenciam na capacidade produtiva dos assentados, como o nível técnico de cada unidade, a existência de recursos prévios ou outras formas de obtenção de rendimento, etc, como foram elencados anteriormente. Contudo, compreendendo que houve situações em que os assentados obtiveram grande produção - basta lembrarmos da *fartura* durante o período do acampamento -, o que se percebe é que, atualmente, a influência dos fatores tamanho e ciclo da vida da família e o acesso à água vem ganhando importância como limitantes da capacidade produtiva da unidade

33 Nos disseram que alguns pais não deixavam os filhos ficar e trabalhar no lote porque “filho tem que se virar pra conquistar sua terra”.

em Barriguda.

Observamos que em praticamente todos os lotes há mais uma moradia menor, além da principal, e que geralmente servem de casa para os filhos. Apesar do Incra, teoricamente, não permitir que haja mais de uma casa em cada parcela, ele age de forma conivente e permite essa prática, que é bastante generalizada nos assentamentos rurais. Assim, vão se criando soluções para a vida, que não correspondem às exigências institucionais de ordenação do espaço estabelecidas. Contudo, os assentados não deixam de ser prejudicados nesse processo.

Nos contaram sobre o caso de uma filha de assentados que se casou com um filho de outros assentados, ambos de Barriguda. As duas famílias insistiram para o Incra sobre a necessidade do fracionamento de um dos lotes, para que os filhos pudessem permanecer como camponeses em Barriguda. Mas um “estudo de viabilidade” do Incra, incoerentemente, não permitiu essa ação. Esse caso nos mostra a tendência da formação de laços de parentesco entre os assentados e reafirma a não correspondência das normas do Incra com as reorganizações espaciais que vão surgindo com o desenvolvimento da família camponesa no Assentamento.

A trajetória política e social dos assentados pela luta por autonomia produtiva não acabou quando conquistaram a terra. Eles se apropriam da condição de “assentados” e adicionam outros conteúdos à realidade do assentamento, que se desdobram em novas frentes de luta e confronto com o Estado e os grandes produtores agropecuários. A reivindicação para garantia

das mínimas condições produtivas, manutenção do espaço do Assentamento, assistência técnica e, principalmente, a luta contra a crise hídrica, são novas frentes na busca do autossustento produtivo.

## **ajuda e solidariedade entre os assentados e a crise hídrica no Urucuia**

Durante o trabalho de campo, também era de interesse entender como se reproduzem as relações entre os assentados de Barriguda após a fase do acampamento. A partir do parcelamento do assentamento, da fixação das famílias nos lotes e da necessidade de formação das unidades produtivas, haveria uma continuidade das relações de ajuda mútua? Se sim, isso se daria recorrentemente ou pontualmente? E em que circunstâncias produtivas? Como seria a organização dessas ajudas e como elas se refletem nas próprias unidades? Por fim, o Assentamento Rural conformara uma unidade espacial como um todo, pelo desenvolvimento de relações de reciprocidade entre as unidades produtivas?

Para análise dessas questões, tomei como base, além do trabalho de campo e das falas muito esclarecedoras dos assentados, alguns estudos que tratam do caráter de solidariedade e de formas espontâneas de auxílio nas sociedades

campponesas, mais especificamente o capítulo “As formas de solidariedade” de “Os Parceiros do Rio Bonito” de Cândido (2010) e as considerações sobre hierarquia, reciprocidade e parentesco apontadas por Woortmann; Woortmann (1997), Woortmann (2014) e Marques (2000).

Um assentado nos disse:

*a gente fica no assentamento, parece que o povo é tudo parente da gente né? Eu falo em Buritis [se referindo ao núcleo urbano], meus parentes lá... eu acho que meus parentes tão tudo no assentamento!*

Compreendendo que a noção de “parente” deve ser entendida a partir da ética camponesa, que se baseia nas categorias de terra, trabalho e família como princípios organizativos de ajuda e reciprocidade, essa fala nos indica a formação de uma rede de afinidades dentro do assentamento, que se contrapõe aos que são de fora, mesmo sendo, por vezes, pessoas próximas. Esse assentado, em específico, se tornou, de fato, parente de outro assentado – seu filho se casou com a filha de outro assentado, caso que foi citado no subcapítulo anterior. O assentado chegou a comparar os parentes de fora com os parentes de dentro do Assentamento, o que indica que há uma reordenação da noção de parentesco, que está atrelada à reciprocidade que foi construída no processo de formação do território de Barriguda e das características das formas de organização do trabalho camponês. A construção de uma afinidade entre os assentados constitui o Assentamento como uma comunidade, chegando ao ponto de que os assentados formem, de fato, laços de parentesco entre si.

A reciprocidade entre os assentados foi se formando desde o período do

acampamento, pois foi construída junto do companheirismo que se estabeleceu no processo da luta e do desejo comum de conquista da terra. Uma assentada, se referindo a um assentado que passa por problemas de saúde, vive sozinho no lote e tem grandes dificuldades em se manter, disse que “tem a obrigação de tá levando coisa pra ele”, ao mesmo tempo que lembrava toda contribuição que esse assentado deu aos sem-terra no período do acampamento, como se justificasse a obrigação da retribuição. Segundo ela, na ausência de familiares que moram no lote, os vizinhos são de grande importância para ajudar durante os momentos de dificuldade, o que indica que a ajuda entre os vizinhos é um mecanismo que “ajusta” a falta de membros familiares no acampamento, prejudicando a força de trabalho disponível na unidade.

Ao perguntarmos a essa assentada quem ela considera como sendo seus vizinhos, ela disse que

*vizinhos são os mais perto, que dá fé primeiro das questões que acontece. Os lotes mais próximos (...). É vizinho que desde o primeiro dia de acampamento tá mais nós. Passamo muita coisa junto, comemo muito feijão bala!*

No seu caso, além de serem as pessoas por quem ela nutre uma confiança e companheirismo construídos desde o acampamento, os vizinhos também são os assentados que moram mais próximo de seu lote e que lhe dão, recorrentemente, algum tipo de auxílio, pois sabem antes das necessidades que podem ocorrer.

Os vizinhos são grupos menores dentre os assentados que se ajudam

mutuamente com mais frequência. Aquela assentada disse que para ser vizinho “não faz diferença se é parente ou não parente”. Neste momento, ela se referia a um filho seu que mora em um lote próximo ao dela, e que, portanto, é seu vizinho. Assim como os outros vizinhos, ele também tem o compromisso de ajudá-la nos momentos de *precisão* e, neste caso, essa relação se sobrepõe à relação de mãe e filho.

Segundo ela, o Incra e o próprio MST adotam um critério no momento de escolha dos ocupantes das parcelas, em que parentes não podem se instalar em lotes próximos. Ao questionarmos o porquê dessa regra, ela nos disse que o Incra coloca isso como precaução para que não haja, depois da titulação, a fusão de lotes que podem se tornar grandes propriedades. Mas, complementa, que isso acaba não sendo efetivo para evitar essa situação, pois existem outras formas disso ocorrer, por exemplo, um grande proprietário pode comprar lotes que não pertencem à titulares da mesma família<sup>34</sup>. Para o MST, isso pode estar relacionado à intenção de que os filhos dos assentados continuem em luta por outros acampamentos<sup>35</sup>. Porém, isso parece não corresponder na prática do desenvolvimento do Assentamento como uma comunidade. Segundo essa mesma assentada, “só a sorte mesmo que fez nós ter um vizinho parente, porque a metodologia de quando nós foi assentado era de que parente não era pra ficar perto. Só que a circunstância se faz retornar e ajudar”. Para ela, há uma *sorte* que cria a tendência de que os parentes se tornem vizinhos; as circunstâncias reais se fazem de modo diferente do que a metodologia adotada pelo Incra propõe - como foi desenvolvido no subcapítulo anterior. A sorte que ela se refere são justamente os laços de reciprocidade que vão se tecendo

34 “O Incra vê assim: se tira o pai aqui mais a mãe, um filho tira aqui e outro aqui, hora que vai mais pra frente isso vira uma fazenda grande, e aquilo pode virar um latifundiário, um patrão. Mas nós sabe que isso não procede, que outros lugares pode ter”.

35 Micaelo (2017).

36 O desenvolvimento de laços de reciprocidade é observado por Marques (2000) nos Assentamentos de Retiro e Velho, em Goiás, que ela analisa. Isso indica que o assentamento enquanto comunidade não é uma construção ocasional, mas certamente varia regionalmente, segundo relações de parentesco tradicionais locais, os processos de luta que cada grupo sem-terra atravessa, as formas de expropriação, etc.

entre os assentados, que asseguram uma unidade de grupo e que transformam a comunidade em uma grande família<sup>36</sup>.

A necessidade da ajuda tem relação com a técnica praticada pela agricultura familiar e forma uma rede ampla de relações, pois é difícil para uma unidade dispor de força de trabalho suficiente para dar conta de todo ano agrícola<sup>37</sup>. Hoje, a forma de ajuda praticada mais frequentemente entre os assentados é a troca de diária, mas também há trocas de produtos e o mutirão. A troca de diária e o mutirão são combinadas antes de acontecerem e nenhuma delas envolve algum tipo de pagamento em dinheiro. A troca de dia é estabelecida entre vizinhos a partir de situações variadas, mas geralmente se dá nos períodos do ciclo agrícola que exigem mais trabalho, quando o assentado precisa de ajuda pra não perder a produção, ou em caso de algum membro da família estar doente e não conseguir executar o trabalho exigido pela unidade. Quem recebe a ajuda fica no compromisso de retribuí-la, também na forma de trabalho, quando o vizinho precisar. É a forma de ajuda, hoje, mais praticada entre os assentados.

Prática menos comum é a retribuição da ajuda através de dinheiro. Isso, contudo, não cria uma relação de assalariamento como no modelo capitalista, pois o pagador não age como patrão ou capitalista, e o recebedor não age como proletário. Presenciamos uma ajuda desse tipo quando visitamos uma das assentadas: um outro assentado reformava seu cercado, e em troca receberia uma quantia em dinheiro para pagamento de seu tratamento médico. A assentada pagaria com o dinheiro que ela ainda receberia da aposentadoria e

<sup>37</sup> Candido (2010).

se sentia no dever de ajudá-lo porque o assentado passava por necessidades. Portanto, a ajuda acontece mesmo sem a certeza de quando a retribuição irá acontecer.

Na troca e a ajuda em produtos que são produzidos na unidade, os produtos que são trocados não são considerados os produtos excedentes, a “sobra” da produção – aqueles destinados à venda para a obtenção de uma renda complementar. É como se fossem considerados uma fração da *despesa*, pois, no momento do plantio, os assentados planejam essa fração como parte da produção do mínimo necessário. Portanto, vender não é a mesma coisa que dar ou trocar um produto com o vizinho. A troca ou ajuda em produtos atua como mecanismo que complementa a variedade de produtos das unidades. A rede de reciprocidade corresponde às relações sociais mínimas que complementam o mínimo vital no plano da dieta<sup>38</sup>, como fica claro na fala da assentada:

*por exemplo, eu mexo com horta aqui. Às vezes sobra... não é que sobra, eu tenho quantidade. O vizinho não tem, tá precisando, eu vou dá pra ele! Porque até lá, quando ele faz uma farinha que eu não tenho, também ele me dá. Mata porco grande, vou fritar carne, banha, tudo, por que eu não dou um pedaço pra quem tá próximo de mim?*

É interessante observar que a troca ou a ajuda que o vizinho pode vir a passar reflete no cálculo da *despesa* da assentada e que, portanto, as relações de reciprocidade entre vizinhos também influem no próprio planejamento da produção da unidade.

38 Candido (2010).

39 Esse grupo de mutirão em específico pode ter relação com uma das Associações atuantes em Barriguda, pois o assentado que conversamos faz parte dela e a citou durante a conversa. Mas isso não descharacteriza o mutirão como uma forma tradicional e espontânea de ajuda mútua camponesa, como é analisado por Candido (2010).

40 Na ética camponesa, o trabalho doméstico as atividades domésticas não são socialmente consideradas como trabalho, como são o roçado e a criação (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Apesar disso, é a unidade de consumo que comanda a unidade de produção, na medida em que a produção serve à satisfação das necessidades internas (WOORTMANN, 2014).

41 Prática comum entre os camponeses no Brasil, também chamada de surpresa, terno, ou ajutorio em outras regiões do Brasil, e sua ocorrência é observada e analisada tanto por Candido (2010), nos caipiras paulistas, quanto por Marques (2000), nos assentados goianos, o que mostra sua abrangência. Segundo o casal de assentados com quem conversamos, a traição é organizada da seguinte forma: “Primeiro nós mandou o cara lá olhar escondido. Ajuntemos uma turma, chegamo lá às quatro horas da manhã. A traição você tem que cantar primeiro (...). Era bateção de pasto né, mas roçamos o pasto dele tudin. Mas ele ficou alegre demais! Na traição o povo vai mais, é divertido. Tem brincadeira de noite, o dono da casa tem que dar um forró! E os que não trabalhavam não dançavam não!”

Já o mutirão, é uma espécie de “grupo de trabalho”. Conversamos com um casal de assentados que participa de um grupo de mutirão, que começou com três famílias de Barriguda participando e hoje possui 12. Os grupos não necessariamente são compostos por vizinhos – diferentemente da troca de diária –, sendo que, nesse grupo que citamos, algumas famílias moram em lotes bem distantes entre si<sup>39</sup>. As famílias que compõem esse grupo se reúnem para ajudar quem do grupo estiver precisando e vão revezando entre si, sucessivamente, quem irá receber o mutirão seguinte. Se um só dia não for o suficiente para finalizar o serviço, continuam em outro dia, até terminar. Quando finalizam, deixam combinado quem vai receber a próxima ajuda, quando e qual trabalho será executado. É uma forma de ajuda e de trabalho planejada conjuntamente, e sua prática se justifica pela economia de gastos e pela forma de planejamento horizontal do trabalho:

*não gasta nada, pra você ver: se for pagar, se for dez [pessoas], gasta num almoçinho ali. Você já pensou ter que pagar um companheiro dez dias? Aí é pra pessoa que tem dinheiro. E às vezes tem amolação, tudo isso a gente tem que pensar.*

A família que recebe o mutirão fica comprometida a oferecer o alimento para o almoço. Duas frentes da unidade recebem ajuda: as mulheres trabalham no preparo do almoço<sup>40</sup> e os homens trabalham no serviço da roça, que pode ser o preparo da terra, conserto de cercados, reforma de pasto, plantio, vacinação dos bovinos etc. O casal que nos explicou como funciona o mutirão disse que eles não têm mais participado de todos mutirões – ele, principalmente por limitações físicas. Mas seus filhos participam, sendo que não há problema se as

famílias comparecerem em número diferente de membros; o que importa é a presença e a ajuda no trabalho. Isso indica que a presença de outros membros da família, que não o casal, na unidade influencia sua participação ou não nos trabalhos em conjunto. Nos disseram que o mutirão já não é mais tão frequentemente praticado e que, atualmente, esse é o único grupo organizado que o pratica em Barriguda.

Diferentemente dessas práticas, é a traição. Também é uma forma de ajuda mútua praticada pelos camponeses<sup>41</sup>, parecida com o mutirão, e as diferenças estão em sua organização e forma de retribuição: é combinada às escondidas da família que está precisando da ajuda – logo, seu nome. Os assentados que organizam a surpresa anunciam a chegada cantando, depois trabalham e o dia termina em uma festa que a família que recebeu a ajuda fica comprometida a oferecer como retribuição. “E os que não trabalhavam não dançavam não!”, nos disse o assentado, marcando uma espécie de obrigação moral do trabalho. Assim como no mutirão, a traição ajuda no trabalho da cozinha e da roça – com a diferença de que no mutirão não há a parte festiva. O casal de assentados nos disse que já participaram de uma traição em Barriguda que juntou 35 companheiros. Todos lembram e contam sobre a traição em meio à risos e de forma muito alegre, o que a marca como uma forma importante da ajuda entre camponeses.

Em suas falas, consideram que antigamente o pessoal era mais unido. Eles relacionam a diminuição da prática da traição e dos momentos de convívio à chegada da energia elétrica em Barriguda, em 2006, o que permitiu a inserção da televisão na casa dos assentados. Outro motivo apresentado



a limpa da cana à esquerda e a execução da cerca à direita foram feitos em mutirão entre os assentados

para a diminuição da ajuda mútua é o acesso mais fácil às máquinas, no caso, o trator, que diminui muito a demanda de trabalho braçal nas etapas mais trabalhosas. No entanto, “tem coisa que o trator não vai resolver nunca né!”. Pela recorrência, nas falas, da importância do processo de luta para constituir os laços de reciprocidade, a diminuição das práticas de ajuda mútua também parece estar relacionada à saída de alguns companheiros de Barriguda.

O entendimento quanto aos momentos de ajuda e trabalho conjunto e a aproximação da noção de comunidade, existentes em Barriguda, indicam que as famílias tendem a participar dos momentos de trabalho conjunto quando têm maior estabilidade na sua própria unidade. Antes de receber ou dar a ajuda, é necessário que a sua unidade esteja minimamente sustentada, para que a ajuda possa complementá-la. Em uma relação de ajuda mútua, receber a ajuda é tão importante quanto dar. Entretanto, as unidades não comprometem seu equilíbrio interno para ajudar as demais. Assim, a desarticulação da força de trabalho familiar pode levar à diminuição das práticas de trabalho conjunto<sup>42</sup>.

Quanto aos momentos de convívio, atualmente a festa de aniversário do assentamento parece ser a celebração mais significativa que reúne todos assentados. É organizada todo ano no dia 1º de setembro, marcando o dia em que entraram na *terra prometida*, e ocorre no espaço da Escola, no Centro Comunitário. A escolha da data dessa comemoração e o fato de ser a festa que consegue reunir todos os assentados que estão desde o acampamento, reforçam duas ideias: que o assentamento começa a se constituir enquanto comunidade a partir do acampamento, e não da criação do Projeto de Assentamento pelo Incra ou do parcelamento; e que os laços de reciprocidade entre os assentados

42 Woortmann; Woortmann (1997), indicam a importância da não construção ideológica sobre o mutirão e as formas de trabalho conjunto. Cita grupos externos “bem intencionados” que tentam, fracassadamente, implementar roças comunitárias em grupos agrícolas, forma que não necessariamente corresponde às relações de solidariedade praticadas.

estão muito ligados ao processo de luta que conquistou o assentamento. Especialmente, é recordada a festa de 2003, que marca o 18º aniversário de Barriguda. A partir de então, fazem a festa de 3 em 3 anos<sup>43</sup>, sendo que as últimas foram feitas em agosto, por decisão da atual Associação e contrariando o desejo de alguns de que a festa fosse mantida no dia da ocupação da fazenda.

Porém, devido às dificuldades produtivas para a manutenção da unidade, alguns assentados chegaram a abandonar seus lotes e a sair do assentamento. A maior parte desses casos parece estar relacionada à falta de capacidade produtiva de manutenção da unidade e garantia da *despesa*, pois nos indicaram que a maioria dos assentados titulares são pessoas que não conseguem mais trabalhar ou que vêm a falecer.

Em grande parte, esses são casos em que os filhos trabalham nas grandes propriedades agrícolas da região, e, mesmo assim, não assumem a parcela dos pais. Isso indica que a consolidação do processo de modernização agrícola na região, principalmente em Buritis, também dificulta a manutenção da força de trabalho familiar no assentamento. Por dois motivos principais: primeiro, na medida em que o processo produtivo utilizado pelas grandes propriedades devasta todas as características naturais do meio ambiente onde atua, ele altera o equilíbrio ecológico para além das fronteiras de suas propriedades, afetando também a área do Assentamento e dos agricultores que produzem utilizando práticas e saberes construídos a partir do equilíbrio natural, por mais que nessas áreas se produza em conformidade com o meio. Em segundo, há também um fator ideológico modernizador, que engrandece a produção de tecnologia de ponta, pelo seu caráter desenvolvimentista e produtivista, e menospreza



festa de aniversário de barriguda,  
comemoração feita no dia que iniciaram o  
acampamento

43 O intervalo deve-se às formas do Incra de executar a etapa de emancipação do Assentamento Rural, que pode ocorrer a partir de 15 anos da criação do projeto de assentamento e ou com 18 anos, 21 anos, e assim, sucessivamente.



escola do centro comunitário de barriguda

a produção familiar, supondo seu baixo nível técnico e o considerando rudimentar, o que incentiva a saída dos jovens para os centros urbanos. O Incra também corrobora com um esvaziamento do Assentamento Rural, pois esvazia as políticas de incentivo e negligencia medidas que garantem uma condição produtiva adequada.

O movimento de abandono de lote é visto com tristeza pelos assentados que ficam: alguns compreendem a exigência do trabalho para manter a unidade de produção, contudo, consideram que algum filho ou parente dos titulares deveriam assumir o lote, para que não entrem estranhos no assentamento. Nos indicaram que os *novatos* que chegam costumam ter maiores condições econômicas que os assentados que estão desde o início. Não são vistos por esses como membros da comunidade e não se inserem nos laços de reciprocidades que existem entre os que estão desde o acampamento. Um dos *novatos* de Barriguda pratica o plantio de cana de açúcar e a fabricação de cachaça para venda, o que demonstra que essas pessoas têm princípios de produção e de trabalho com a terra muito distintos dos primeiros assentados.

O desequilíbrio do Cerrado é uma realidade em todo seu território de abrangência e um agravante para o aprofundamento das dificuldades de manutenção produtiva. Os assentados têm um conhecimento de adequação das plantas ao meio natural e sua produção segue aquilo que a natureza dá; sua relação com a terra também é de reciprocidade - diferentemente da agropecuária moderna, que “corrigé” a natureza para receber suas sementes, essas também modificadas<sup>44</sup>. O desequilíbrio causado pela agropecuária moderna atinge não

44 Woortmann; Woortmann (1997).

somente os produtores dos Assentamentos Rurais, mas todos os pequenos e médios agricultores da região. No Urucuia, sua manifestação mais direta e agressiva, atualmente, se dá através da crise hídrica.

A falta de água é evidente na paisagem como um todo: primeiramente, a diminuição da vazão dos córregos e rios que deságuam no rio Urucuia é nítida. Apesar do clima da região ser marcado por duas estações bem distintas em relação à precipitação de chuvas – o *tempo das águas* e a *seca* –, o nível da água dos rios nunca ficou tão baixo como está hoje, mesmo nos maiores períodos de estiagem que os moradores mais antigos da região já vivenciaram. Um dos assentados nos disse que quando eles ocuparam Barriguda já se via os primeiros reflexos desse desequilíbrio, na medida em que a modernização já estava em estágio avançado em Buritis. As cheias do córrego Confins, que na década de 1980 duravam semanas, em 1995 duravam três ou quatro dias. Quem vinha da serra em direção à Buritis era obrigado a atravessá-lo de canoa, pois sua ponte ficava intransponível por três ou quatro dias. Hoje, é possível atravessar o córrego a pé.

A diminuição da disponibilidade de água na região, segundo os moradores mais antigos, vem ocorrendo desde a década de 1990, portanto, é um processo mais longo e que acompanha a intensificação e a consolidação da produção modernizadora. Contudo, esse quadro se intensificou a partir de 2005 e chegou a seu ponto drástico em 2013, quando rios e córregos começaram a *cortar* no período da *seca* – que é o modo de dizer que secaram temporariamente. Outra forma que os camponeses percebem a crise hídrica

é pelo encurtamento do *tempo das águas* durante o ano, ou seja, do período chuvoso. Na fase do acampamento, nos disseram que costumava chover entre setembro e maio (9 meses do ano com chuva); hoje, chove apenas entre novembro e fevereiro (4 meses do ano). Quanto à antigamente, um dos assentados relatou que já soube de chuvas no mês de julho na região, o que significa que quase todo o ano tinha precipitação<sup>45</sup>.

*antes as primeiras chuvas já caiam em setembro. Aí, em agosto, neguin já ficava doidin pra começar a preparar a terra. Antigamente, uma época dessa [agosto] você não via ninguém quase em casa não. Você tava na roça, trabalhando lá, capinando, arrumando, preparando pra quando chegar a primeira chuva de outubro já plantar. Aí, quando dava novembro, mantimento já tava desse tamanhozin, já tava bonito o arroz, feijão, o milho dava aquele ventinho, ele balançava as foinha, era bonito demais... o arroz, quando chegava na época da colheita, que você chegava na vargem, aí o arroz tava desse tamanho assim, aqueles cachão dourado... você batia nele assim, chegava a dar tinrintiti... ô trem bão! Hoje você não tem essa satisfação, só na lembrança.*

A fala desse assentado nos coloca que as mudanças produtivas definem não somente alterações na organização espacial da unidade produtiva, mas também as formas e intensidades de seus usos e ocupações ao longo dos diferentes momentos do ciclo agrícola. Em agosto, os assentados já estavam mais presentes na roça, trabalhando para preparar a terra, pois as chuvas chegavam antes. Agora, só vão para lá a partir de outubro ou novembro. Portanto, o alimento dava antes, também, e, além disso, os plantios eram maiores, mais

45 O que não significa que anteriormente não existiam as duas “estações” bem marcadas e distintas na região, o *tempo das águas* e a *seca*, mas a diferença poderia estar na quantidade e no volume das chuvas entre esses dois períodos. “Tenho pra mim que essa região aqui era mata atlântica, que é bem úmida”, nos disse um assentado.

fortes e fartos.

São drásticas as alterações na paisagem natural e têm enorme significado para essas populações. As mudanças entre o tempo de antigamente e o atual estão nas falas de todos os camponeses da região que foram acessados e são consequências da chegada do modelo produtivo moderno.

É contrastante a atual realidade em relação a alguns elementos do passado: nas falas, sempre estão presentes as cheias dos rios e a *fartura* de peixes, a existência de grotas, áreas alagadiças e brejos naturais que serviam ao plantio, e que hoje são locais secos. Para os assentados e os camponeses do Urucuia, a crise hídrica significa a alteração de hábitos de consumo e de estratégias produtivas que incidem na organização de toda a unidade de produção e na reprodução da família. Para citar algumas mudanças produtivas: a diminuição do plantio de arroz, cultura que era amplamente praticada e que agora só é, praticamente, adquirida nos mercados; a tendência à criação de bovinos e plantação de pastagens; e a obrigatoriedade da perfuração do poço artesiano para abastecimento do lote.

Todos os camponeses acessados, sejam assentados de Buritis ou pequenos produtores em geral da região, consideram que hoje a água é um recurso menos disponível. Quando questionados sobre qual é a razão para a crise hídrica, a maior parte a relaciona à chegada da modernização. Por vezes a resposta dos camponeses está relacionada às mudanças ambientais que ocorrem na região: alguns indicam que essas mudanças são decorrentes das queimadas e dos desmatamentos que se espalham; outros, que são decorrentes



o rio urucuia também já mostra os sinais da crise hídrica, foto tirada no *tempo das águas*

da diminuição da chuva. Mesmo que não sejam citadas, as causas estão diretamente relacionadas às formas de expansão e produção da monocultura de grãos, que mais recentemente iniciaram a utilização de pivôs centrais para irrigação e para aplicação de agrotóxicos e a construção de barragens nos cursos que deságuam no rio Urucuia.

As barragens são construídas nas cabeceiras, muito próximas às nascentes, para o represamento da água, no alto dos chapadões do Noroeste mineiro, de modo que seus proprietários – os mesmos das grandes monoculturas de grãos – tenham o recurso disponível para irrigação durante todo o ano, principalmente no período da *seca*, quando não há precipitação no Urucuia. A irrigação e aplicação de agrotóxicos é feita através dos pivôs centrais, enormes estruturas sobre as monoculturas que fazem um movimento circular – por isso, ao observarmos a região nas imagens de satélite, existem várias áreas circulares, as lavouras dos grandes produtores. Alguns agricultores perceberam que, na *seca*, ao serem desligados os pivôs, a vazão dos rios logo aumentava, indicando que o alto nível de captação influí diretamente na disponibilidade de água para quem está nas áreas baixas<sup>46</sup>. No Urucuia, devido à qualidade do solo, aos aspectos físicos, à maior facilidade da mecanização da produção, etc., a grande propriedade produtora de grãos se consolidou nos altos chapadões, onde represam e usufruem privadamente da água das nascentes, e os pequenos agricultores e os Assentamentos Rurais foram isolados pela expropriação nas áreas baixas, no vão entre as chapadas, onde os cursos d’água já sentem o reflexo da irrigação dos de cima<sup>47</sup>.

46 Sobre a expansão da grande produção agropecuária de grãos e a pecuária extensiva na região da bacia do rio Urucuia, ver Bianchi (2018).

47 Essas informações foram disponibilizadas pelo Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (COMDHRU). Disponível no site: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=6&v=fuxPNLFy8hM&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=6&v=fuxPNLFy8hM&feature=emb_logo)>.

Além do impacto ao longo de todo o curso d'água no qual são construídas as barragens, o represamento também extingue a vegetação existente nas áreas alagadiças que se formam. Também prática comum da agropecuária moderna no Urucuia, a criação da pecuária extensiva em locais de nascentes e veredas também prejudica a reposição hídrica dos cursos d'água, na medida em que os animais ficam soltos para se alimentar e beber e, assim, pisam e compactam a terra próxima de onde brota a água, o que pode ocasionar o assoreamento de nascentes.

Antes da construção das barragens, os córregos e rios afluentes do rio Urucuia nunca haviam *cortado*. Os grandes proprietários, frequentemente, não respeitam a manutenção da Área de Reserva Legal (ARL) e a largura mínima da Área de Proteção Permanente (APP) dos cursos d'água<sup>48</sup>, o que prejudica a manutenção da mata ciliar e facilita o assoreamento dos rios. Isso fica claro na comparação entre as duas margens do Rio Urucuia: de um lado, Barriguda, do outro, uma fazenda. Referindo-se a esse fazendeiro, um assentado nos disse: “pra ele não, que ele já foi. Mas os filhos dele vão sentir, os netos vão se ferrar pelo que ele fez. E não só os dele, como os meus.”. Por parte de alguns, há um pessimismo sobre a possibilidade da natureza retomar à condição que tinha anteriormente e o anseio sobre o futuro dos seus descendentes na região. Para outros, há esperança de que o tempo da *fartura* e das cheias dos rios irão voltar, que a crise hídrica é passageira e a natureza pode, gradativamente, retomar sua força.

De modo geral, o que se observa em relação à preservação do Cerrado na região é que as áreas da chapada estão quase que completamente devastadas

48 A Lei 12.561, de 25 de maio de 2012, conhecida como Código Florestal, regulamenta as normas de proteção de vegetação e estabelece as áreas de proteção obrigatórias: a Área de Reserva Legal (ARL) é obrigatória a qualquer propriedade ou posse rural, ela tem como função assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural e sua área mínima depende da vegetação nativa na qual o imóvel se insere. No caso do Cerrado do Urucuia, a ARL deve ter pelo menos 20% da área total do imóvel. Área de Proteção Permanente (APP) é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de proteger, entre outros, os recursos hídricos. No caso dos cursos d'água, são faixas com largura mínima a partir a borda da calha do leito regular: no rio Urucuia, a APP corresponde a 50 metros de largura e, no córrego Confins e no córrego das Pedras, a 30 metros de largura.



córrego confins, com nível d'água bastante abaixo do comum, sendo até possível ver o fundo do leito. foto tirada no período da seca

49 Ainda segundo o COMDHRU, quando todos os pivôs de Buritis são acionados juntos, há a captação de um volume de água que daria pra abastecer a população de três Belo Horizontes.

devido à expansão das monoculturas. As serras ainda se encontram preservadas devido à sua característica física, que não propicia a criação extensiva nem a lavoura mecanizada. Nas áreas baixas, partes foram transformadas em pastagens devido à pecuária de criação extensiva, e partes se encontram preservadas, ainda que elas estejam fora de seu equilíbrio. Estas, estão nas áreas pertencentes aos Assentamentos Rurais e às pequenas propriedades de terra, o que confronta com um quadro em que a produção moderna se expandiu e extinguiu as características naturais do bioma do Cerrado.

O Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (COMDHRU) surge como um movimento social regional que defende e busca a preservação do rio Urucuia e seus afluentes, ao denunciar a ilegalidade ambiental das barragens e da captação de água praticada pelo grandes produtores e cobrar dos órgãos ambientais a fiscalização do uso da água pelos grandes produtores. O COMDHRU organiza ações, como romarias, vigílias e audiências públicas, para divulgar e manter a população local informada sobre os problemas hídricos da Bacia do Urucuia. O COMDHRU reflete a luta contra a crise hídrica e os desequilíbrios no Cerrado e se mostra como uma nova frente de articulação dos camponeses e dos moradores das cidades da região, atualizando a luta contra a expropriação da terra. De acordo com o COMDHRU, um só pivô central tem o consumo diário de água que daria para abastecer as cidades de Buritis, Arinos, Formoso, Uruana de Minas e Urucuia. Em 2014 havia, só no município de Buritis, quase 100 pivôs instalados<sup>49</sup>.

Na medida em que são os mesmos agentes modernizadores que provocam,

hoje, a crise hídrica e o desequilíbrio ecológico do Cerrado e que expulsaram do campo as comunidades tradicionais, posseiros e os trabalhadores camponeses nas suas variadas ocupações, o que há é uma continuidade do mesmo processo de expropriação. Se nas décadas de 1970 e 1980 a expulsão se dava de forma direta, em favor da concentração fundiária, hoje ela acontece pela privação da água e sua consequente indisponibilidade por ser um meio de produção tão fundamental quanto a terra para a produção agrícola. O esvaziamento da força de trabalho familiar do campo e as dificuldades de continuidade das formas de ajuda mútua decorrem da, cada vez maior, dificuldade de manutenção das unidades produtivas e garantia da *despesa*, e encontram, aqui, uma das principais causas.

A crise hídrica atua como um agravante à manutenção das produções familiares e como um fator que pode dividir a comunidade, pois, frente à limitação do recurso, pode criar uma fiscalização dos usos domésticos entre as famílias, o que vai contra a relação de reciprocidade interna. No Assentamento, é comum a falta de manutenção dos encanamentos que fazem parte da infraestrutura coletiva, de responsabilidade das instâncias governamentais, o que força gastos e soluções pelas próprias famílias. Também restringe as possibilidades de uso dos espaços comunitários do Assentamento, pois a ausência da disponibilidade desse recurso impede qualquer prática produtiva, como pastos ou roças comuns.

*a gente tem uma área aqui, a área comunitária. Tem muita gente que tem gado e não usa isso aqui pra nada, e podia usar porque não é reserva. Mas cadê? Não tem Água. Se botasse uns tanque de*



barragem construída pelo fazendeiro no córrego barriguda. os pés de palmeira buriti não sobrevivem ao alagamento

*água, ainda servia pra cria um gado coletivo. Quando tinha essa abundância de água, nós tinha gado era tudo junto aí. Cada um tinha dois, três. Hoje, nós tá em 84 [familias], se cada tiver duas [cabeças de gado], que tanto de gado que não é? (...) Também muitos já pelejo pra ter um plantio de mandioca coletivo, mas também por falta de água acaba não tendo. Porque a mandioca não aguenta, né? Se você não plantar certinho nas águas ela não aguenta a seca, e muitas vezes, por ser coletivo, atrasa.*

Com a intensificação da crise hídrica, a tendência é que as monoculturas construam mais barragens para manter a irrigação e se expandam para áreas onde ainda haja disponibilidade do recurso, o que causa o efeito de expansão em larga escala do desequilíbrio ecológico. Os órgãos que deveriam fiscalizar a construção das barragens, o controle da captação da água permitida e a manutenção das APP's e ARL's se mostram coniventes e também são responsáveis pela crise hídrica. Hoje, pela baixa vazão dos cursos d'água e indisponibilidade da água como recurso fundamental à produção, certamente a organização de um acampamento ou de ações sem-terra que busquem a produção para seu próprio consumo é mais difícil.





## **considerações finais**



Ao retomar o processo de expropriação dos assentados quando eram sem-terra, foi possível compreender as transformações das relações de produção às quais estavam submetidos e uma destituição do domínio do seu processo produtivo. Assim foi possível caracterizar sua rejeição em relação ao modelo de agregado e de trabalhador assalariado: quando eram meeiros, fica claro nas suas falas a rejeição à dependência e à submissão em relação ao proprietário de terra devido à divisão da sua produção, à limitação da escolha dos cultivos, do uso e da ocupação da terra. A rejeição ao período de quando se converteram em boia-fria está principalmente ligada aos longos trajetos diários devido à separação do local de moradia e de produção, à exigência do aluguel na cidade e à instabilidade do trabalho.

Nesse sentido, entende-se que rejeitam sua fragmentação enquanto trabalhador, na medida em que, em decorrência da ausência da posse da terra, no primeiro momento a sua produção era fragmentada e apropriada, e, no segundo, a fragmentação do trabalho era total. Rejeitam o não domínio de todo o processo produtivo, que retira a capacidade de constituir a unidade produtiva e de formar uma economia autossustentada. A conquista da terra que lhes pertence hoje significa a possibilidade da libertação da exploração a

Na imagem anterior: assentada em meio ao seu plantio de arroz, em 2010

que estavam submetidos como trabalhadores sem-terra e da busca do trabalho autônomo<sup>1</sup>.

Compreendendo que na produção do espaço prevalece a construção material, que se concretiza no cotidiano e nas relações estabelecidas, neste estudo, priorizou-se a análise do Assentamento Rural como espaço de reprodução do modo de vida camponês. Analisando a formação do espaço do Assentamento do momento de ocupação pelos sem-terra até hoje, se revela desde o início a articulação entre organização do espaço e organização do trabalho.

Desde a fase do acampamento, com a chegada dos sem-terra, Barriguda é um espaço de trabalho camponês. Inicialmente prevalecia uma forma de organização produtiva coletiva, o que definiu uma organização do espaço que se materializou nas *rocinhas* nas duas margens do córrego Confins. A garantia da *fartura*, em 1997, fortaleceu a luta sem-terra regional e integraram mais membros das famílias ao acampamento, o que tornou a forma espacial das *rocinhas* limitadas frente à renovação das necessidades de consumo. Então, decidiram que o acampamento poderia se *esparramar* pela área da fazenda para dar autonomia e espaço para a constituição das unidades de produção, organização fundamental da produção camponesa baseada na força de trabalho individual familiar. Esse movimento significou a incorporação das famílias pelo espaço que iria abranger o Assentamento, e é nesse momento que o espaço deixa de ser uma fazenda para começar a se constituir como um espaço camponês.

Contudo, o Assentamento Rural também deve ser compreendido como um espaço controlado e normatizado pelo Estado e resultado da política de

1 Marques (2000).

distribuição de terras que não rompe com a lógica da propriedade privada. O Estado, por um lado, é forçado a implementar os Assentamentos Rurais como saídas institucionais frente à ascensão dos conflitos agrários e, por outro, facilita a expansão da modernização agrícola com oferecimento de incentivos e subsídios, se omite frente às ilegalidades ambientais praticadas pela grande agropecuária, reprime as lutas dos trabalhadores do campo, etc.

Como se verificou, há uma série de conflitos e não conformidades entre a reprodução da vida camponesa e a normatização espacial do Incra. Na fase inicial de formação de Barriguda como Assentamento Rural, dois conflitos apareceram de forma mais clara: a demora de 7 anos em desapropriar a fazenda e a diferença entre os projetos de parcelamento propostos, que mostram as diferenças de concepções entre os sem-terra e o Incra para a ordenação do espaço.

Com a estruturação do Assentamento, os conflitos espaciais não deixaram de se manifestar: a falta de correspondência entre as formas de incentivo adotadas pelo Incra para fixação das famílias, que se resumem a políticas de financiamento, e as reais necessidades dos assentados para estruturar a unidade de produção; e a inflexibilidade da parcela, que impede os ajustes espaciais decorrentes da reprodução e transformação da família no Assentamento. Também se verifica o próprio esvaziamento das políticas de Reforma Agrária, na medida em que o Incra não garante nem mesmo suas responsabilidades mínimas, como infraestrutura coletiva, assistência técnica, etc. Todos esses fatores acabam por incentivar a evasão da força de trabalho familiar, dificultando a manutenção da unidade de produção e formando um

quadro de esvaziamento do campo.

A falta de incentivo e de medidas que correspondam às necessidades e à realidade dos assentados já mostram seus reflexos em Barriguda, sendo os principais: o movimento de abandono do lote e a evasão dos jovens e filhos do casal titular. Contudo, as famílias de Barriguda ressignificam a condição de “assentados” e de “produtores agrícolas” concebidas pelo Incra, e criam ajustes espaciais e sociais para que o território comporte sua reprodução. Assim, criam vínculos de reciprocidade e ajuda, elementos presentes nas formas de sociabilidade camponesa tradicional e que continuam resistindo no Assentamento Rural, mesmo que sob novas formas. A ajuda entre vizinhos, seja por troca de diária ou troca de produto, se mostra como o principal mecanismo que complementa a unidade de produção dos assentados que moram sozinhos ou que têm poucos membros da família presentes na unidade, o que ajuda na garantia da *despesa* e contribui para a sua permanência no lote. Vão se criando soluções para a vida que não correspondem às formas e exigências institucionais de ordenação do espaço estabelecidas. Contudo, os assentados não deixam de ser prejudicados nesse processo.

Em uma economia que busca o autossustento, a produção visa, antes, a satisfação das necessidades dos produtores a partir da garantia da *despesa* e da variedade de gêneros. Somente o excedente da produção pode ser vendido e trocado com o mercado e a sociedade envolvente, prática constante entre os assentados, o que não se dá com poucos esforços: são necessárias diversas articulações entre os espaços produtivos dentro do lote, pois o equilíbrio entre a unidade e a produção do excedente é garantido por um sistema de produções.

A organização do espaço é resposta da estratégia produtiva traçada por cada família na busca do autossustento, o que faz com que, mesmo que haja uma aparente similaridade entre as produções dos assentados de Barriguda, cada unidade seja organizada de uma maneira completamente distinta da outra. Isso caracteriza uma não uniformidade ou homogeneidade entre os trabalhos executados, pois trata-se de uma produção não alienada: o trabalho camponês é um processo de produção consciente, que se autodetermina no espaço<sup>2</sup>.

A construção de Barriguda, contudo, não é um processo concluído. Os assentados transformam este espaço continuadamente, renovando suas estratégias e planejamentos produtivos, modificando a organização do seu espaço na constante busca do autossustento da sua unidade<sup>3</sup>. O território camponês está em construção, pois é o processo do trabalho que marca o domínio sobre seu espaço. A luta que era por terra se renova, e agora é pela estabilidade no seu espaço e por condições mínimas de produção, principalmente frente ao desequilíbrio do Cerrado e à crise hídrica no Urucuia.

No processo de ocupação e formação de Barriguda, desde as *rocinhas* que garantiram os primeiros suprimentos até a decisão conjunta de *esparramar* para dar autonomia às unidades familiares, a constituição da unidade produtiva se confunde com a constituição de Barriguda como uma comunidade camponesa. Hoje, é possível observar laços de parentesco, vizinhança e práticas de ajuda mútua entre as famílias. A base sobre a qual se construiu essa comunidade está fortemente estruturada no companheirismo formado durante o processo da luta pela terra, como se observa nas falas sobre a reciprocidade entre vizinhos e de abandono de lote. Os enfrentamentos e as dificuldades que os camponeses

2 O trabalho camponês como algo que se pensa ao mesmo tempo que se faz. Woortmann; Woortmann (1997).

3 "O modelo ideal da economia auto sustentada é parte mesmo das práticas de reprodução social do campesinato." Woortmann; Woortmann (1997).

compartilham, desde os períodos da *meia*, boia fria, expulsão para a cidade, ocupação e acampamento, marcam a história desse espaço, o que torna Barriguda um território camponês conquistado e em construção.

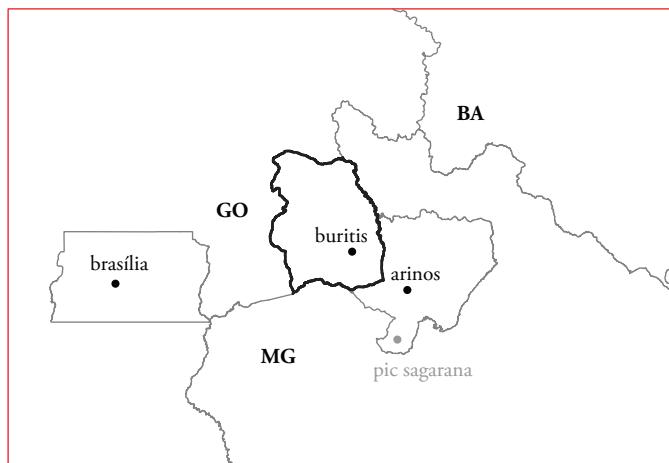




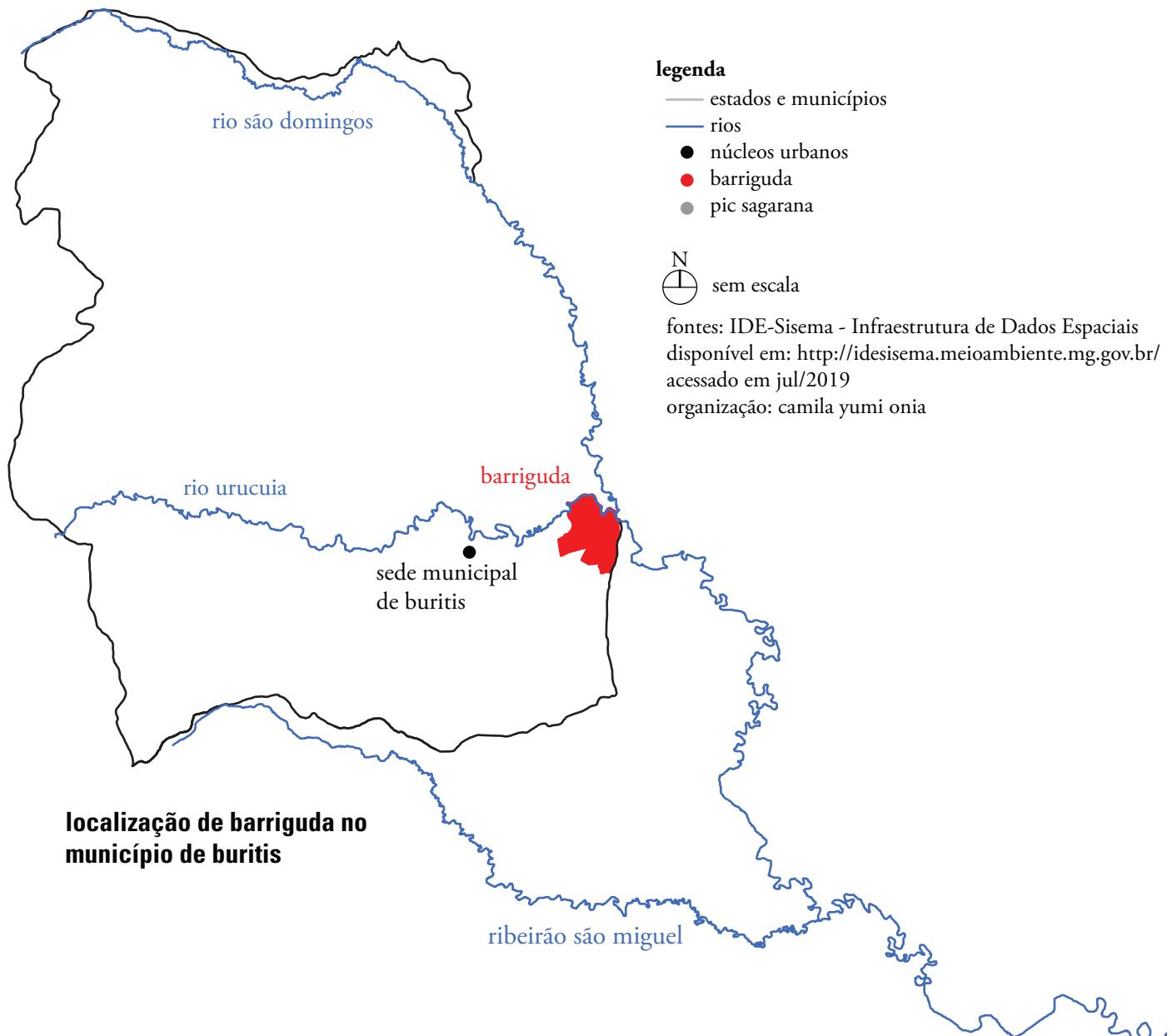
**mapas**



**mapa 1: localização de buritis e barriguda**

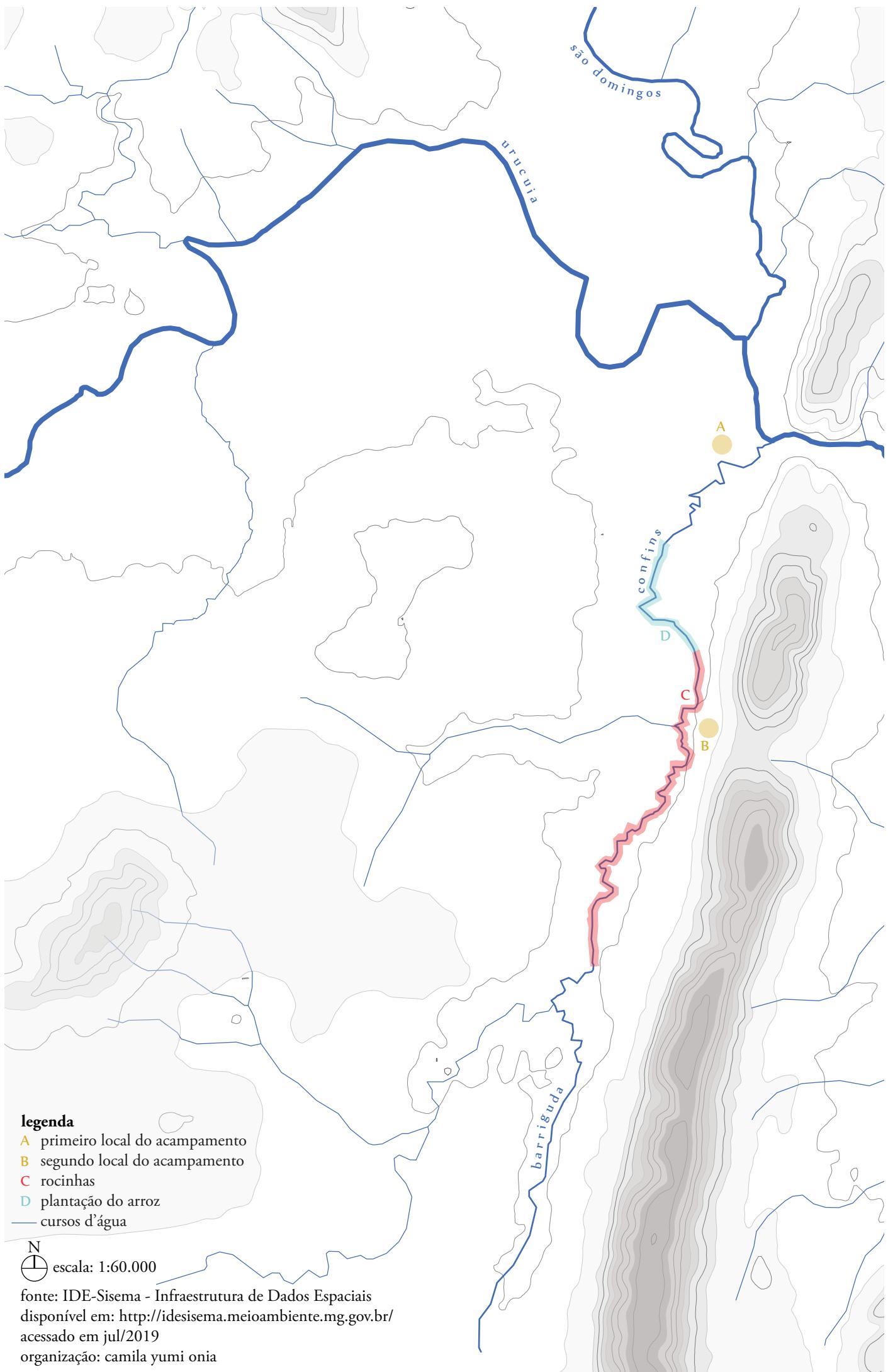


**localização de buritis**



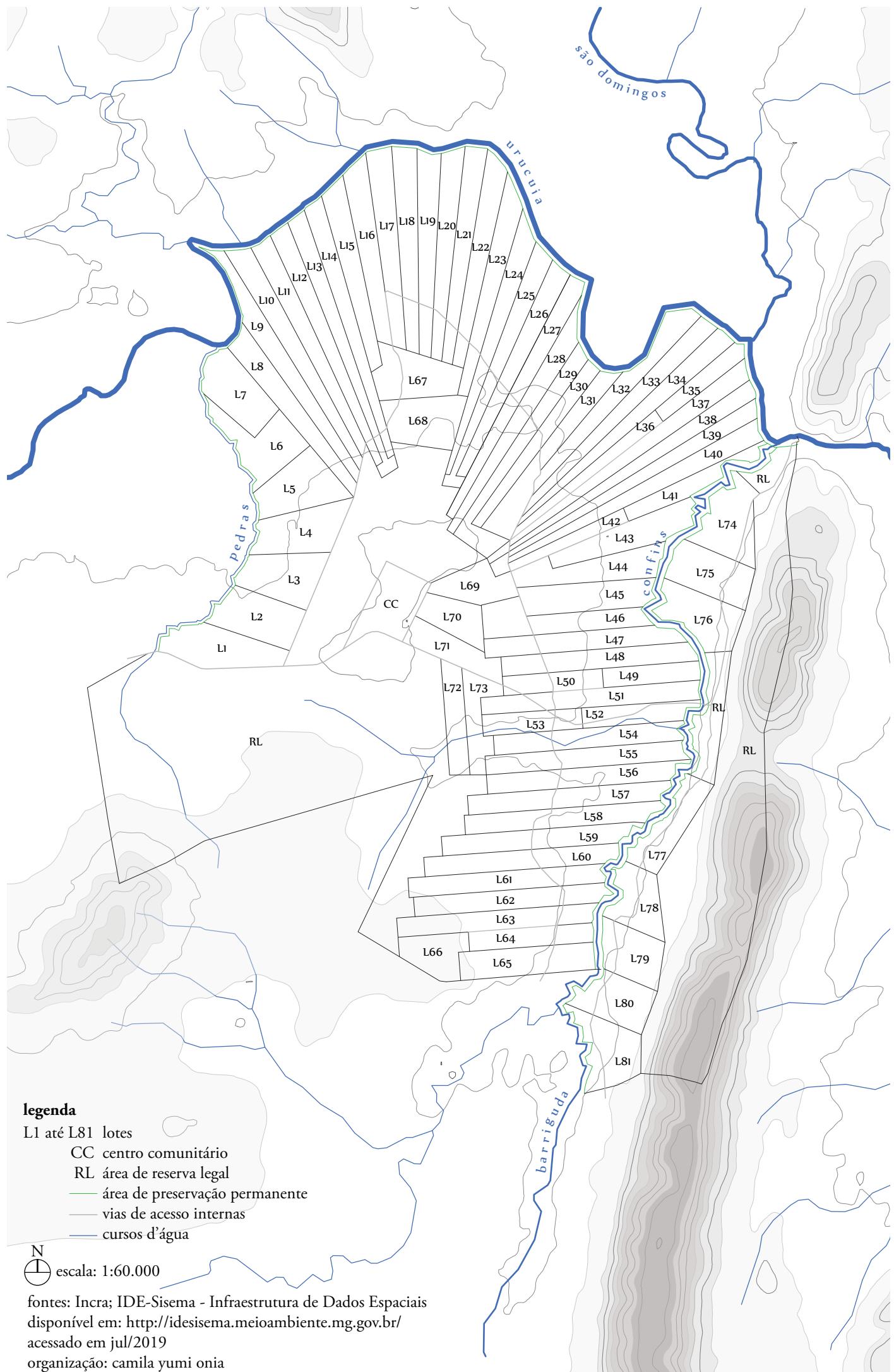


mapa 2: ocupação dos sem-terra durante o acampamento de barriguda





### mapa 3: parcelamento do assentamento rural barriguda









## **bibliografia**

BIANCHI, Tarsila L. O Espaço de Tempo na Bacia do Urucuia: a unidade espacial camponesa. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU-USP, 2018.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de. Chayanov e o Campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014. parte I, cap.2, p.99-137.

ESTERCI, Neide. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. Revista Reforma Agrária. Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). São Paulo, v. 22, n. 3, p. 4-16, 1992.

FERRO, Sérgio. A História da Arquitetura Vista do Canteiro: Três Aulas de Sérgio Ferro. São Paulo: GFAU, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. De sem terra a posseiro, a luta pela terra e

a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas retiro e velha – GO. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO , R. e CARLOS, A. F. (orgs.), Procesos territoriales em Argentina y Brasil. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MICAELO, Ana Luísa. A casa na parcela: a construção do lugar da família nos assentamentos da Zona da Mata em Pernambuco. História: Debates e Tendências – v. 17, n. 2, jul./dez. 2017, p. 244-260

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

SOUZA, Alessandra I. O Projeto de Colonização Sagarana: projetos e resistências. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo:

FAU-USP, 2017.

SANTOS, Luciano Monteiro dos. Impactos na Sociedade Local Gerados pelos Assentamentos de Reforma Agrária na Região de Buritis – MG. Monografia (Graduação em Educação do Campo). Planaltina: UnB, 2016.

WOORTMANN, Klaas A. A. W. O Modo de Produção Doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: CARVALHO, Horacio Martins de. Chayanov e o Campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014. parte II, cap.6, p.229-272.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klaas A. A. W. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997a.

## **sites e referências digitais**

Base de Dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>>. Acessado em junho de 2019.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em:<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acessado em outubro de 2019.

Biblioteca virtual da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/biblioteca-virtual>>. Acessado em dezembro de 2018

Dados da Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno (SR-28). Disponível em: <<http://incra.gov.br/tree/info/file/17831>>. Acessado em outubro de 2019.

Documentário do COMDHRU (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=6&v=fuxPNLFy8hM&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=6&v=fuxPNLFy8hM&feature=emb_logo)>. Acessado em outubro de 2019.

FNDE. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acessado em novembro de 2019.

IDE-Sisema (Sistema de dados de meio ambiente e recursos hídricos do Estado de Minas Gerais). Disponível em: <<http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/#>>. Acessado em outubro de 2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acessado em 10 de julho de 2019.

Portal de Metadados da ANA (Agência Nacional das Águas). Disponível em:

<<https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>>. Acessado em junho de 2019.

As fotos usadas foram tiradas no trabalho de campo, feito em agosto de 2019.

As fotos de 2010 foram cedidas pelos assentados de Barriguda.



